



Paulo Ferreira Veríssimo

Capital Social e Políticas Públicas:
Análise da implementação do Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural
nos municípios de São Miguel e Tarrafal

Universidade de Cabo Verde
Caixa Postal 379 C, Praça António Lerenó
Cidade da Praia, Santiago
Cabo Verde

9.8.12



Paulo Ferreira Veríssimo

**Capital Social e Políticas Públicas:
Análise da implementação do Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural
nos municípios de São Miguel e Tarrafal**

Dissertação apresentada à Universidade de Cabo Verde em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil) como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Universidade de Cabo Verde
Caixa Postal 379 C, Praça António Lerenó
Cidade da Praia, Santiago
Cabo Verde

9.8.12

Resumo/Abstract

Este trabalho foi desenvolvido no quadro da realização do Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade de Cabo Verde. Tem como objectivo analisar as possibilidades e os limites de concretização da estratégia de redução da pobreza adoptada pelo Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural que considera o capital social como recurso para o desenvolvimento das comunidades.

Em específico, procura analisar como essa estratégia é apropriada e implementada pelas associações comunitárias de desenvolvimento e o impacto das actividades desenvolvidas por essas associações no capital social e na redução da pobreza nos municípios de São Miguel e Tarrafal na ilha de Santiago.

A recolha de dados foi feita, basicamente, junto de líderes de associações comunitárias de desenvolvimento e de chefes de agregados familiares, com base num guião de entrevista e num questionário previamente elaborados. Em termos teóricos, a concepção de capital social formulada por Robert Putnam constitui o eixo analítico do presente trabalho.

Os dados recolhidos apontam que para além dos inquiridos não assumirem a ideia de comunidade preconizada pelo Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural, que as actividades desenvolvidas pelas associações comunitárias de desenvolvimento não contribuíram para um reforço significativo do capital social das comunidades abrangidas pelo estudo, não obstante reconhecerem que essas actividades tiveram um impacto positivo na redução da pobreza.

This work was developed as a prerequisite for the fulfilment of a Master Degree in Social Science at the University of Cape Verde. It intends to analyze the possibilities and the limits of materialization of poverty reduction strategies adopted by the National Program to Fight Against Poverty in the Rural Areas, which considers the social capital as a resource for the development of the communities.

Specifically, it tries to analyze how that strategy is adapted and implemented by the Community Based Organisations (CBOs) and the impact of the developed activities by those organizations in the social capital and in the reduction of the poverty in the municipalities of São Miguel and Tarrafal on Santiago Island.

The collection of information was made, basically, with the leaders of the CBOs and with the head of families. The collection of data based in an interview guide and in a questionnaire previously elaborated. In theoretical terms, the social capital conception formulated by Robert Putnam is the analytical axis of the present work.

The collected information show that the inquired people not only, don't assume the idea of a community proclaimed by the National Program to Fight Against Poverty in the Rural Areas, but they also think that the activities developed by the Community Based Organizations didn't contribute for a significant reinforcement of the social capital of the communities included by the study. Nevertheless, they recognize that those activities have a positive impact in poverty reduction.

Agradecimentos

A realização deste trabalho foi possível graças ao apoio e a colaboração de várias pessoas. Neste sentido, quero manifestar o meu apreço e gratidão às seguintes pessoas:

Ao meu orientador, Prof. Doutor Cláudio Furtado, da Universidade de Cabo Verde, pela disponibilidade e pela forma empenhada e sabia como me orientou durante a execução deste trabalho;

Ao Prof. Doutor Marcelo Silva, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil, por me ter facultado o acesso a várias bibliografias sobre o tema, bem como, pelos comentários ao nosso projecto de pesquisa;

À Prof. Doutora Elida Rubini Liedke, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil, pelos comentários e sugestões de melhoria ao texto final do trabalho e pelo incentivo;

Aos líderes associativos entrevistados pela forma como me acolheram e pelas informações cedidas;

Às pessoas que aceitaram responder o questionário;

Ao Dr. José Maria Veiga, ex-coordenador do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, e ao Dr. Jorge Amado, *Program Officer* da Célula de Seguimento e Avaliação do Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural por me terem facultado o acesso a toda documentação existente sobre o programa, bem como, pelas informações cedidas;

Ao pessoal da Unidade Técnica da Comissão Regional de Parceiros de São Miguel e Tarrafal, particularmente ao Jorge Santos, pelas informações cedidas, por ter me facilitado o contacto com as associações comunitárias e pela colaboração prestada na aplicação do questionário;

Ao amigo Florentino André que me acolheu gentilmente na sua casa aquando da minha estadia no Tarrafal;

Aos amigos Ronaldo e Inácio Borges que me ajudaram na aplicação do questionário;

Ao Prof. Doutor José Carlos Anjos, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil, pelo incentivo e encorajamento;

À minha Gregória e a minha prima Milú também pelo incentivo e encorajamento;

Ao Paulo Mendes, amigo e colega de serviço, que me ajudou na transcrição das entrevistas;

Ao amigo Filipe Carvalho pelo incentivo e pela ajuda na formatação do texto.

ÍNDICE

1	Introdução	11
2	Fundamentação Teórica e Metodológica.....	15
2.1	Capital social: concepções e críticas	16
2.2	Aspectos metodológicos	24
2.3	Perfil socio-económico dos chefes de agregados familiares inquiridos	28
2.3.1	Sexo	28
2.3.2	Idade	29
2.3.3	Nível de escolaridade.....	30
2.3.4	Situação face ao emprego	31
2.3.5	Rendimento mensal	33
2.3.6	Estatuto junto às associações	34
2.4	Caracterização dos líderes associativos entrevistados.....	35
3	Pobreza e Políticas Públicas em Cabo Verde	36
3.1	Caracterização da Pobreza em Cabo Verde.....	36
3.2	A emergência do Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural	40
3.3	A redução da pobreza na perspectiva do Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural.....	43
4.	A implementação do PLPR nos municípios de São Miguel e Tarrafal.....	46
4.1	A participação da comunidade nas decisões da associação.....	46
4.2	A participação da comunidade nas actividades da associação.....	50
4.3	A confiança entre as pessoas e na associação	54
4.4	A coesão entre as pessoas da comunidade.....	57
4.5	A cooperação entre as pessoas da comunidade.....	60
4.6	A responsabilidade pela redução da pobreza.....	62
4.7	Impacto das actividades desenvolvidas pelas associações na redução da pobreza.....	64
5	Conclusão.....	66
	Bibliografia.....	70
A	Anexos	73
A.1	Guião de entrevista aos líderes associativos	73
A.2	Questionário aos chefes de agregados familiares.....	75

Tabelas

Tabela 1 – Distribuição dos chefes de agregados familiares inquiridos em São Miguel por localidade	26
Tabela 2 – Distribuição dos chefes de agregados familiares inquiridos no Tarrafal por localidade	26
Tabela 3 – Distribuição dos chefes de agregados familiares inquiridos por faixa etária	29
Tabela 4 – Distribuição dos chefes de agregados familiares inquiridos por nível de escolaridade	30
Tabela 5 – Distribuição dos chefes de agregados familiares inquiridos segundo a situação face ao emprego.....	32
Tabela 6 – Distribuição dos chefes de agregados familiares inquiridos segundo o rendimento mensal.....	33
Tabela 7 – Participação nas decisões tomadas pelas associações comunitárias.....	47
Tabela 8 – Participação nas actividades das associações comunitárias	50
Tabela 9 – Domínios de actividade.....	52
Tabela 10 – Motivos para não participar das actividades da associação	52
Tabela 11 – Participação nas actividades da associação em relação a anos anteriores	53
Tabela 12 – Confiança entre as pessoas da comunidade.....	54
Tabela 13 – Confiança na associação	56
Tabela 14 – Confiança entre as pessoas da comunidade em relação a anos atrás	57
Tabela 15 – União entre as pessoas da comunidade	58
Tabela 16 – Conflito entre as pessoas da comunidade.....	59
Tabela 17 – União entre as pessoas da comunidade em relação a anos atrás	59
Tabela 18 – Obtenção de ajuda das pessoas da comunidade	61
Tabela 19 – Proveniência da ajuda	61
Tabela 20 – Benefício de actividades de solidariedade	62
Tabela 21 – Responsabilidade pela redução da pobreza	63
Tabela 22 – Impacto das actividades desenvolvidas pelas associações.....	64

Figuras

Gráfico 1 – População inquirida por sexo.....	28
Gráfico 2 – População inquirida segundo o estatuto junto às associações.....	34

LISTA DE ABREVIATURAS

ACD	Associações Comunitárias de Desenvolvimento
CRP	Comissão Regional de Parceiros
FAIMO	Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
IDRF	Inquérito às Despesas e Receitas Familiares
ONG	Organizações Não governamentais
PLPR	Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural
PNLP	Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza
QUIBB	Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-estar
SPSS	Programa Estatístico para as Ciências Sociais
UCP	Unidade de Coordenação do Programa

1 Introdução

Apesar de o conceito de capital social emergir no debate nas Ciências Sociais a partir da década de 80 do século passado é, após a publicação dos trabalhos de Robert Putnam e seus colaboradores, que passou a ser adoptado nas propostas de promoção do desenvolvimento por parte de várias instituições internacionais e governos locais, em ruptura com a concepção de desenvolvimento em voga, centrada no capital físico, financeiro, humano e natural.

Desde então, o capital social tem vindo a ser utilizado, na linha do que fez Putnam, para explicar a diferença na *performance* económica entre grupos, regiões ou nações, sobretudo, aquelas com o mesmo stock de capital humano e semelhante disponibilidade de capital natural, físico e financeiro.

Vários autores, pesquisadores e activistas do desenvolvimento, tais como fundações e órgãos destinados à promoção das condições de vida das populações, têm tentado medir e aumentar os *stocks* de capital social nas diversas instâncias das economias, como pequenas comunidades, municípios, países ou estados (Peres, 2000: 7).

De igual modo, várias instituições internacionais, nomeadamente o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, além de adoptarem o capital social nas suas propostas de promoção do desenvolvimento, têm publicado uma série de artigos e documentos nos quais destacam a sua importância para o desenvolvimento económico e social, propondo uma série de medidas para o seu reforço nas comunidades pobres (Carpim, 2005: 19).

Considera-se, como refere Mayorga et al (2004), que as comunidades com maiores níveis de capital social são mais propensas a se desenvolverem do que as comunidades com baixos níveis desse capital. Este facto se deve ao benefício emergente do acúmulo de articulações sociais e de organização da sociedade, gerando melhorias na qualidade de vida da população e criando alternativas para superar os problemas existentes (Baptista et al., 2007: 75).

No contexto cabo-verdiano, a adopção do conceito de capital social nas propostas de promoção do desenvolvimento dá-se com o Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural, iniciado em Julho de 2000, nas ilhas de Santiago (São Miguel e Tarrafal), Fogo, Brava, São Nicolau e Santo Antão, no âmbito do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza e do acordo de empréstimo assinado entre o Governo de Cabo Verde e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, em Novembro de 1999.

O PLPR visa reduzir a pobreza rural, através do desenvolvimento do capital social da população pobre, assente na mobilização das potencialidades existentes no domínio de iniciativas económicas e sociais a nível das comunidades locais (Furtado, 2007).

A estratégia de redução da pobreza seguida por esse programa assenta-se numa abordagem participativa que se estrutura em torno da ideia de que a melhor forma de lutar contra a pobreza rural é dar aos pobres rurais o poder de decisão quanto à maneira de se precaverem dessa situação.

A ideia força é de que os pobres rurais mobilizando-se, organizando e desenvolvendo as suas competências, constituem os principais actores da luta contra a pobreza (FIDA, 2003: 41).

O PLPR, ao pretender que as populações rurais pobres tomem parte de forma efectiva no processo de tomada de decisões que directamente lhes dizem respeito, marca uma viragem nas políticas públicas de combate à pobreza até então seguidas em Cabo Verde, caracterizadas pela tradição assistencial das Frentes de Altas Intensidades de Mão-de-obra (FAIMO) e pelo modelo *top-down* em que o Estado ocupou sempre um papel central no processo de concepção, execução e avaliação de políticas públicas.

Nesse contexto, torna-se pertinente analisar as possibilidades e os limites de concretização dessa estratégia de redução da pobreza que considera o capital social das comunidades locais como recurso, sobretudo neste momento em que o PLPR

se encontra na sua terceira e última fase, tarefa que o presente estudo, enquadrado no âmbito da realização do Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade de Cabo Verde, objectiva realizar a partir da experiência da sua implementação em dois municípios da ilha de Santiago, a saber, São Miguel e Tarrafal.

O estudo procura analisar a forma como essa estratégia é apropriada e implementada pelas associações comunitárias de desenvolvimento e a existência de relação entre as actividades destinadas ao reforço do capital social, desenvolvidas no âmbito do programa, e a redução da pobreza nos referidos municípios, tendo como ponto de partida às seguintes questões:

- ❖ Quais são as possibilidades e os limites de concretização da estratégia de redução da pobreza seguida PLPR?
- ❖ Como ela é apropriada e implementada pelas associações comunitárias de desenvolvimento?
- ❖ Em que medida as actividades levadas a cabo nas comunidades beneficiadas contribuíram para um eventual reforço do capital social e para a redução da pobreza?

Para a sua realização precedeu-se, primeiramente, à uma revisão da bibliografia sobre políticas públicas e capital social, bem como, à análise de documentos produzidos no quadro da concepção e implementação do PNLP/PLPR.

Após a revisão da literatura, foram realizadas entrevistas exploratórias junto do *Program Officer* da Célula de Seguimento e Avaliação do PNLP e dos animadores da Unidade Técnica da Comissão Regional de Parceiros de São Miguel e Tarrafal.

Posteriormente, procedeu-se à realização de entrevistas semi-estruturadas a membros de direcção de associações comunitárias de desenvolvimento e a aplicação de um questionário junto dos chefes de agregados familiares das comunidades beneficiadas pelo programa, complementadas com a realização de novas entrevistas ao *Program Officer* da UCP- PNLP e aos animadores da Unidade Técnica da CRP de São Miguel e Tarrafal, iniciada na fase exploratória do estudo.

A análise dos dados recolhidos foi feita com base na análise de conteúdo e no programa estatístico para as Ciências Sociais (SPSS), privilegiando o cruzamento entre esses dados. No plano teórico, a concepção de capital social formulada por Robert Putnam constitui o eixo analítico da presente dissertação.

A tematização do PLPR como objecto deste estudo insere-se na linha de pesquisa *Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento* do Mestrado em Ciências Sociais.

Ademais, decorre do nosso interesse em desenvolver pesquisas sobre temas relacionados à problemática da pobreza, que emerge da nossa participação no grupo nacional de investigação que realizou o estudo *Dimensões da Pobreza e da Vulnerabilidade em Cabo Verde: Uma Abordagem Sistémica e Interdisciplinar*, realizado no quadro da Iniciativa Lusófona implementado pelo Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA).

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos. O primeiro faz uma breve introdução ao estudo.

O segundo discute o conceito de capital social a partir das perspectivas de Pierre Bourdieu, Glenn Loury, James Coleman e Robert Putnam. Também explicita os procedimentos metodológicos e técnicos levados a cabo com vista a sua realização.

O terceiro faz uma breve caracterização da situação da pobreza em Cabo Verde. Em seguida, faz um breve enquadramento do PLPR e analisa, ainda, a forma como a redução da pobreza é encarada na perspectiva desse programa.

O quarto analisa a existência de uma eventual relação entre as actividades desenvolvidas no quadro do programa, o reforço do capital social e a redução da pobreza nos referidos municípios, nomeadamente nas comunidades beneficiadas. O quinto e último capítulo apresenta as principais conclusões do estudo.

2 Fundamentação Teórica e Metodológica

A revisão teórica que abre este capítulo, como já referimos na introdução, discute o conceito de capital social a partir das perspectivas de Pierre Bourdieu, Glenn Loury, James Coleman e Robert Putnam, ao mesmo tempo que apresenta as principais críticas a que têm sido alvo.

Desde já, convém realçar que estamos perante um conceito que tem gerado grandes polémicas e controvérsias, ao mesmo passo que se populariza e se destaca nos programas de promoção de desenvolvimento de várias instituições internacionais e governos locais.

Na verdade, como sublinha Ferrarezi, *“o marco teórico de capital social está em construção e a relação macro e micro não se encontra ainda resolvida (...) A inexistência de consenso nesse campo denota o acúmulo ainda insuficiente de conhecimento sobre a forma como os diferentes mecanismos sociais produzem efeitos agregados sobre a economia, a política e a sociedade”*, sendo, por isso, vários os desafios que a construção desse marco teórico enfrenta (Ferrarezi, 2003: 7).

Não obstante isso, essa revisão que propomos realizar permitir-nos-á não só dar conta desse processo de construção, como também, no estágio actual da discussão, adoptar a perspectiva teórica mais adequada à análise que o estudo se propõe fazer e, em função disso, eleger as dimensões do capital social que iremos procurar apreender com o trabalho de campo.

O capítulo apresenta ainda, como fizemos referência na nota introdutória, os procedimentos metodológicos e técnicos levados a cabo com vista a realização deste estudo, incluindo uma breve caracterização dos chefes de agregados familiares inquiridos e dos líderes associativos entrevistados.

2.1 Capital social: concepções e críticas

A primeira análise sistemática contemporânea do capital social conduz-nos a Pierre Bourdieu (1980: 2) que o definiu como “*o agregado dos recursos efectivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo*”.

Segundo ele, “*o volume de capital social que um actor possui depende particularmente da extensão dessa rede que ele pode efectivamente mobilizar e do volume de capital (económico, cultural ou simbólico) que possui cada um dos actores vinculados a essa rede*” (Ibidem).

A definição de Bourdieu é instrumental e concentra-se nos benefícios que os indivíduos recebem em virtude da participação em grupos e na construção deliberada da sociabilidade como forma de acesso a outros recursos.

Neste sentido, as redes sociais não são um dado natural, sendo antes construídas através de estratégias de investimento orientadas para a institucionalização das relações do grupo, utilizáveis como fonte digna de confiança para aceder a outros benefícios (Portes, 2000: 135).

Assim, através do capital social, os actores podem ter acesso directo a recursos económicos; podem aumentar o seu capital cultural através de contactos com especialistas ou com pessoas cultas; ou, em alternativa, podem filiar-se em instituições que conferem credenciais valorizadas (Ibidem).

Uma segunda fonte contemporânea para a discussão do capital social é a obra “*A Dynamic Theory of Racial Income Differences*” do economista Glenn Loury (1977), onde este autor, criticando as teorias neoclássicas sobre a desigualdade racial de rendimentos e suas implicações políticas, se refere a este conceito, apontando para o diferencial de acesso às oportunidades, mediante conexões sociais entre os jovens pertencentes a sectores minoritários e não minoritários.

Na sua perspectiva, as proibições legais contra as preferências raciais dos empregadores e a aplicação de programas para a igualdade de oportunidades não bastariam para reduzir as desigualdades raciais.

Salienta que estas poderiam ser mantidas ao longo do tempo, por duas razões: em primeiro lugar, a pobreza herdada de pais negros se transmitia aos seus filhos na forma de menores recursos materiais e oportunidades educativas; em segundo lugar, as conexões mais precárias dos trabalhadores negros jovens com o mercado de trabalho e a falta de informação sobre as oportunidades existentes (Portes, 2000: 136).

Apesar da interessante contextualização do conceito de capital social, Loury não chegou a desenvolvê-lo de forma minimamente pormenorizado e nem procurou a sua relação com outras formas de sua manifestação, além do diferencial de acesso às oportunidades (ibidem).

Contudo, o seu trabalho abriu caminho a uma análise mais refinada do mesmo processo, levada a cabo por Coleman (1990) que introduziu e deu visibilidade ao termo capital social na sociologia norte-americana, dando-o um tratamento central nos seus trabalhos.

Este autor define o capital social como uma *“variedade de entidades distintas com dois elementos em comum: todas elas contêm alguma dimensão das estruturas sociais, e todas elas facilitam certas acções dos actores – sejam pessoas ou actores corporativos – dentro da estrutura”* (apud Carpim, 2005: 17).

Como refere Ferrarezi (2003: 10), a definição de Coleman assenta-se nos efeitos relacionais presentes na estrutura social que beneficiam indivíduos concretos, e não nas causas desses efeitos. As causas podem ser distintas para um mesmo efeito, conformando várias formas de capital como a confiança, a informação útil, benefícios relacionais que as organizações produzem para os seus membros como consequência de suas actividades, normas e sanções, obrigações, expectativas e relações de autoridade.

Apesar de reconhecer que o capital social pode ser encontrado tanto na estrutura social como nos indivíduos, Coleman, na sua obra, dá atenção exclusiva ao capital social como recurso e o associa à obtenção de capital humano. Nesse aspecto, podemos constatar que tanto ele como Pierre Bourdieu associam o capital social à obtenção de recursos por parte dos indivíduos.

Refira-se, ainda, que tanto um como outro sublinha a intangibilidade do capital social, em comparação com outras formas de capital. Enquanto o capital económico reside nas contas bancárias e o capital humano na cabeça das pessoas, o capital social reside na estrutura das suas relações. Para possuir capital social, um indivíduo precisa de se relacionar com outros, e são estes — não o próprio — a verdadeira fonte dos seus benefícios (Portes, 2000: 138).

No entanto, em contraponto à Bourdieu, Coleman, ao definir o capital social pelos efeitos nas relações presentes na estrutura social que beneficiam indivíduos concretos, e não pelas causas desses efeitos, procura demonstrar que o capital social também pode ser um recurso importante para as não-elites (Cerullo, 2006: 11).

O conceito de capital social formulado por ele recebeu fortes críticas por parte de autores que divergem do seu enfoque centrado na teoria da acção racional que o leva a conceber as relações sociais em termos instrumentais, concebidas como elementos de cálculo racional por parte de indivíduos que buscam os seus próprios interesses, e não como constitutivas de identidades.

Neste sentido, criticou-se também a formulação racional da interacção entre os actores sociais, como sendo baseada exclusivamente no cálculo custo/benefício, por simplificar as relações entre os indivíduos (Millan, 2004: 722).

Contudo, as críticas não puseram em causa a sua ideia de que o capital social reside na estrutura das relações e reconhecem que estas podem dar aos indivíduos acesso a recursos e que as expectativas, normas e confiança são intrínsecas a relações sociais específicas, daí que o conceito de capital social de Coleman se refere a contextos determinados (Idem, 723).

Depois de Bourdieu, Loury e Coleman, diversas outras análises do capital social foram produzidas. Porém, é com os trabalhos de Robert Putnam e seus colaboradores (1993 e 1995) e sua adoção, numa perspectiva instrumental, por diversas instituições internacionais, tais como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que atinge um novo patamar.

Desde então, já se produziu uma extensa literatura sobre o conceito de capital social, marcada por grande entusiasmo, críticas e divergências. Segundo Elinor Ahn (2003:177) uma simples busca a partir da palavra-chave “con EBSCOhost Academic Search Elite” dá como resultado 147 artigos publicados em revistas académicas, no período de 1995 a 2000, em que o termo capital social aparece no título.

Na perspectiva de Putnam, o conceito capital social diz respeito *“as características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as acções coordenadas”* (Putnam, 1996: 177).

Segundo ele, as acções coordenadas são mais fáceis de se verificar nas comunidades que tenham herdado um bom *stock* de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica.

A noção de capital social assume com este autor um carácter colectivo e uma perspectiva sócio-cultural de compromisso cívico em que a confiança, as normas e os sistemas de participação tendem a ser cumulativos e a se reforçarem mutuamente (Idem, 186).

Ao conceber o capital social como confiança, normas e redes que facilitam a cooperação para o benefício mútuo, Putnam explora este conceito numa perspectiva diferente comparativamente a Bourdieu e a Coleman que o associam à obtenção de recursos por parte dos indivíduos.

De facto, Putnam aplica o conceito numa perspectiva mais ampla, investigando como o capital social actua a nível regional para potencializar as instituições democráticas e o desenvolvimento económico (Cabreira, 2002: 39).

Para o autor da *Comunidade e Democracia – a experiência da Itália Moderna* (1996) o desfasamento no desenvolvimento económico entre o Sul e o Norte da Itália deve-se, precisamente, à diferença em termos de *stock* de capital social existente entre essas duas regiões.

Segundo ele, no Norte da Itália “*as regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica corporificam-se em confrarias, guildas, sociedades de mútua assistência, cooperativas, sindicatos e até clubes de futebol e grémios literários. Esses vínculos cívicos horizontais propiciaram níveis de desempenho económico e institucional muito mais elevados que o sul, onde as relações políticas estruturam-se verticalmente*” (Putnam, 1996: 190-1).

Em contrapartida, no Sul, a desconfiança mútua, a transgressão, a dependência vertical, a exploração, o isolamento, a desordem, a criminalidade e o atraso reforçam-se mutuamente. *A participação política e social organizava-se verticalmente, e não horizontalmente. A desconfiança mútua e a corrupção eram consideradas normais. Havia pouca participação em associações cívicas. A ilegalidade era previsível. Nessas comunidades as pessoas sentiam-se impotentes e exploradas* (Idem, 191).

Neste sentido, Putnam conclui que as normas e os sistemas de participação cívica, o capital social na sua acepção, contribuem para a prosperidade económica e são, por sua vez, reforçados por essa prosperidade, ganhando maior importância a medida que prossegue o desenvolvimento económico.

Na mesma linha, Mayorga et al. (2004) refere que as comunidades com maiores níveis de capital social são mais propensas a se desenvolverem do que as comunidades com baixos níveis de capital social. Este facto se deve ao benefício que emerge do acúmulo de articulações sociais e de organização da sociedade,

gerando melhorias na qualidade de vida da população e criando alternativas para superar os problemas existentes (Baptista et al, 2007: 75).

Aliás, é baseado nesse pressuposto que várias instituições internacionais e governos locais adoptaram o capital social nas suas políticas de promoção do desenvolvimento, particularmente das comunidades pobres.

A sua existência torna-se, assim, um elemento chave para se promover e compreender a permanência de disparidades no desenvolvimento de comunidades com o mesmo *stock* de capital humano e semelhante disponibilidade de capital natural, físico e financeiro.

Apesar do conceito de capital social ter ganhado grande popularidade com a publicação dos seus trabalhos, Putnam tem sido amplamente criticado pela falta de rigor científico com que define e utiliza este conceito e pelo poder explicativo que atribui às variáveis e sua mensuração na realidade (Carpim, 2005: 18).

Neste sentido, Reis (2003: 44) afirma que o conceito de capital social permanece surpreendentemente impreciso durante toda a exposição do capítulo final da sua obra *Comunidade e Democracia – a experiência da Itália Moderna* (1996), sem que Putnam jamais o defina.

Feita a alusão inicial, tudo o que se segue é, primeiramente, uma remissão à exposição do conceito feita por James Coleman e outros autores, seguida por uma enumeração um tanto vaga de atributos do capital social, que jamais chega perto de uma definição (Ibidem).

De acordo com Ferrarezi (2003: 12), Putnam foi ainda alvo de críticas por ser alegadamente etnocêntrico, pela ênfase dada à dependência à trajectória, por não ter demonstrado empiricamente que a vida associativa cria altos níveis de confiança generalizada e pelo facto de não ter reconhecido o lado negativo do capital social.

Numa postura crítica, Portes (2000: 146) afirma que a investigação publicada sobre o capital social acentua fortemente as suas consequências positivas, descurando

que os próprios mecanismos apropriáveis por indivíduos e grupos como capital social podem produzir consequências menos desejáveis.

Este autor sublinha que estudos recentes identificaram pelo menos quatro consequências negativas do capital social, a saber: exclusão dos não membros, exigências excessivas a membros do grupo, restrições à liberdade individual e normas de nivelação descendente.

Para Ferrarezi (2003: 12) algumas das críticas de que Putnam foi alvo mostram-se muito rigorosas, comparado ao momento ainda incipiente em que se encontrava o debate à época da sua pesquisa, e diante do destaque de que o tema passou a possuir após a sua pesquisa na Itália, recolocando-o na agenda das Ciências Humanas, principalmente da Sociologia.

Outrossim, o próprio Putnam, muito embora continuar a acreditar nos efeitos positivos do capital social, após um período de maturação e de longos debates travados em torno dos seus estudos realizados na Itália, acabou por reconhecer que o capital social pode ter externalidades negativas, tais como a reprodução ou o aumento de desigualdades políticas e económicas, chamando a atenção para as suas diferentes manifestações, objectivos e efeitos em tempos e contextos diferentes (Cerullo, 2006: 14).

Putnam (2003:15) sintetizou assim tal reconhecimento: *“si hay una lección duradera que nos hayan enseñado los pasados debates sobre capital social, es que no podemos dar por supuesto que dicho capital haya de ser algo bueno siempre y en todas partes”* (apud Cerullo, 2006: 14).

Para finalizar, de acordo com Michael Woolcock (2001), que sintetizou de forma sistemática uma série de críticas que habitualmente têm feitas por alguns autores, vários críticos consideram que o capital social se destaca mais pelo estilo do que pela substância.

Neste sentido, este capital seria uma moda passageira das Ciências Sociais, uma manifestação de imperialismo conceptual da teoria económica, pois reforça e

legítima as políticas do Consenso de Washington, ignora as relações de poder e tem pouca relevância para outros contextos por se apresentar como um conceito acidental (Silveira, 2005: 35).

Apesar de todas essas críticas, Putnam tem o inegável mérito de ter inserido a variável capital social como um dos elementos do desenvolvimento económico, ao tempo mesmo que alguns estudos confirmam a correlação entre a presença de elevados níveis desse capital e o desenvolvimento acima referido, tal como ele preconiza.

Por outro lado, o capital social continua a ser utilizado em distintos contextos em referência a vários fenómenos, sem que haja um consenso quanto ao seu significado teórico, nem quanto à sua utilização metodológica.

Segundo Millan (2004: 712) a exploração metodológica e a investigação empírica até então realizada parece não ter esgotado devidamente o seu uso, sendo que, ao contrário, tem sido, às vezes, empregado de maneira difusa e sem contornos.

Com efeito, tem sido aplicado em estudos urbanos para explicar a diferença de taxas de violência em bairros com características socio-demográficas semelhantes; em análises sobre migrações para compreender os melhores resultados que alcançaram certos grupos de imigrantes em relação a outros no acesso aos postos de trabalhos, em condições de oportunidades similares; para analisar a constatação de taxas mais elevadas de desempenho institucional e desenvolvimento económico de uma região em relação a outra (Ibidem).

Para orientar o presente estudo, atendendo aos objectivos que se pretende alcançar com a sua realização, adoptou-se o conceito de capital social tal como definido por Putnam, referindo-se, portanto, à confiança, ao grau de coesão social, a participação cívica e ao nível de pleitos e projectos, conforme salienta Cabreira (2002: 32).

2.2 Aspectos metodológicos

Para a realização deste estudo precedeu-se, primeiramente, a uma revisão da literatura sobre políticas públicas e capital social, com o propósito de se obter subsídios para a elaboração e estruturação do projecto de pesquisa, bem como, para construir o aporte teórico para a análise dos dados recolhidos com o trabalho de campo.

Essa revisão incluiu, ainda, a análise de documentos produzidos no quadro da concepção e implementação do PNLP/PLPR, com o objectivo de fazer um breve enquadramento das políticas públicas de combate à pobreza em Cabo Verde e analisar os pressupostos sobre os quais o PLPR se assenta.

Após a revisão da literatura, foram realizadas entrevistas exploratórias junto do *Program Officer* da UCP-PNLP e dos animadores da Unidade Técnica da CRP de São Miguel/Tarrafal com a finalidade de esclarecer e complementar as informações recolhidas com a análise documental, bem como, a obtenção de dados para a selecção das associações a serem entrevistadas.

A recolha de dados decorreu entre Fevereiro a Maio de 2008, nos municípios de São Miguel e Tarrafal, junto de membros de direcção de ACD e chefes de agregados familiares, com base num guião de entrevista semi-estruturado e num questionário previamente elaborados.

Ao todo, foram entrevistados 10 membros de direcção de ACD, sendo cinco em cada um dos referidos municípios, num universo de 50 associações membros da CRP de São Miguel/Tarrafal, conforme dados do Inquérito sobre o Perfil das ACD, realizado pela UCP-PNLP em 2008. Desses membros de direcção, 9 exerciam a função de presidente do conselho directivo e 1 a função de tesoureiro.

Em São Miguel, foram entrevistados membros de direcção das seguintes associações: Associação dos Trabalhadores para a Defesa da Biodiversidade, Associação para o Desenvolvimento de Achada Bolanha, Associação dos

Pescadores e Peixeiras de São Miguel, Associação dos Agricultores de Hortelã e Associação AGROPEAD – Monte Pausada.

No Tarrafal, foram entrevistados membros de direcção das seguintes associações: Associação Cívica "CHÃO BOM", Associação dos Agricultores e Criadores de Animais – Fazenda, Associação de Solidariedade e Acção Social, Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Achada Biscainho e Associação dos Agricultores, Avicultores e Pecuária de Milho Branco.

A selecção das associações cujos membros de direcção foram entrevistados foi feita com base nas entrevistas exploratórias realizadas e nos dados do Inquérito às Associações realizado pela UCP-PNLP, tendo em conta a dinâmica associativa e o campo de actuação.

De referir que essas associações recobrem todos os domínios de actividades desenvolvidas no quadro PLPR: animação e capacitação, infra-estruturas sociais e educativas e actividades geradoras de rendimento.

A realização dessas entrevistas teve como objectivo a obtenção de informações sobre a forma como as associações comunitárias de desenvolvimento apropriam da estratégia de redução da pobreza do PLPR e as (re) produzem nas respectivas comunidades.

Em específico, visou obter informações sobre as acções desenvolvidas pelas associações comunitárias de desenvolvimento para a mobilização das comunidades locais e parcerias, sobre as relações que estabelecem com outras associações da comunidade/município/CRP, a participação da comunidade nas actividades das associações, a relação entre os seus associados, os processos de tomada de decisão e de circulação de informação e a formação dos seus associados, para além de informações sobre o impacto das acções desenvolvidas nas respectivas comunidades.

A aplicação do questionário foi feita junto dos chefes de agregados familiares das comunidades a que pertencem as associações cujos membros de direcção foram entrevistados.

No município de São Miguel foi feita nas localidades de Achada Portinho, Veneza, Monte Pousada, Achada Bolanha e Hortelão, com a seguinte distribuição por localidade:

Tabela 1 – Distribuição dos chefes de agregados familiares inquiridos em São Miguel por localidade

Localidades	Número de inquiridos
Achada Portinho	3
Veneza	19
Monte Pousada	7
Achada Bolanha	18
Hortelão	8
TOTAL	55

No município do Tarrafal foi feita na Vila e nas localidades de Chão Bom, Fazenda, Achada Biscainho e Milho Branco, com a seguinte distribuição por localidade:

Tabela 2 – Distribuição dos chefes de agregados familiares inquiridos no Tarrafal por localidade

Localidades	Número de inquiridos
Vila	130
Chão Bom	94
Fazenda	3
Achada Biscainho	6
Milho Branco	6
TOTAL	239

Ao todo foram inquiridos, aleatoriamente, 294 chefes de agregados familiares, sendo 55 no município de São Miguel e 239 no município do Tarrafal. A amostra foi definida com base no número de agregados familiares existentes nas referidas localidades, total e por sexo, conforme dados do Censo 2000, representando cerca de 10% desse número.

Pretendeu-se com a aplicação do questionário obter informações quanto aos eventuais efeitos das acções desenvolvidas pelas associações entrevistadas no capital social e no desenvolvimento das respectivas comunidades. Isto é, analisar as eventuais mudanças provocadas por essas acções no capital social e na redução da pobreza.

Em específico, a aplicação do questionário visou obter informações quanto a identificação dos inquiridos, a pertença e a participação nas actividades da associação, a confiança entre as pessoas da comunidade e na própria associação, a coesão e a solidariedade entre as pessoas da comunidade, a responsabilidade pela redução da pobreza e o impacto das actividades desenvolvidas pela associação no desenvolvimento da comunidade.

Para complementar os dados recolhidos com a realização de entrevistas aos membros de direcção das associações comunitárias já referidas e aplicação do questionário aos chefes de agregados familiares, prosseguiu-se com as entrevistas junto do *Program Officer* da UCP-PNLP e dos animadores da Unidade Técnica da CRP de São Miguel/Tarrafal, iniciada na fase exploratória do estudo.

A análise dos dados recolhidos com a realização das entrevistas e aplicação do questionário foi feita com base na análise de conteúdo e no programa estatístico SPSS, respectivamente, privilegiando o cruzamento entre esses dados.

2.3 Perfil socio-económico dos chefes de agregados familiares inquiridos

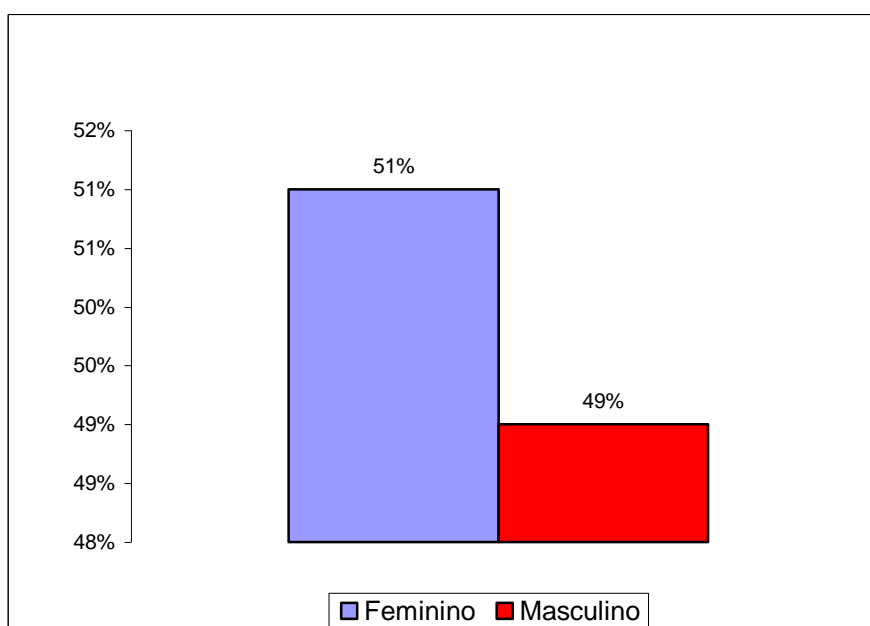
2.3.1 Sexo

Segundo os dados do Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-estar (2007), tanto no conselho do Tarrafal como em São Miguel, mais de metade dos agregados familiares são chefiados por mulheres, representando estas 61,8% e 62,3%, respectivamente, do total de chefes de agregados familiares existentes nesses dois municípios.

A par de Ribeira Grande (62,1%), constituem os municípios da ilha de Santiago onde há mais mulheres chefes de família, com valores percentuais bastante superiores a média nacional em que as mulheres representam 44,6% do total de chefes de agregados familiares presentes em Cabo Verde.

No entanto, dos 294 chefes de agregados familiares inquiridos, 51% eram do sexo feminino e 49% do sexo masculino, registando-se, assim, uma distribuição quase que proporcional da amostra para ambos os sexos. Deste modo, a distribuição da amostra por sexo não reflecte a situação global desses dois conselhos já descrita.

Gráfico 1 – População inquirida por sexo



2.3.2 Idade

A faixa etária dos chefes de agregados familiares inquiridos está compreendida entre 15 a 19 anos e 60 e mais anos, sendo que 56,4% dos inquiridos têm menos de 45 anos de idade. Entretanto, dados do QUIBB (2007) indicam que no Tarrafal e em São Miguel apenas 47,2% e 46,3%, respectivamente, da população residente nesses dois concelhos é que têm menos de 45 anos de idade.

Nota-se que a maioria dos inquiridos é relativamente jovem e que há uma semelhança entre a percentagem dos inquiridos mais jovens, 15 a 24 anos, e a percentagem dos inquiridos com mais idade, 60 e mais anos.

Tabela 3 – Distribuição dos chefes de agregados familiares inquiridos por faixa etária

Faixa etária	%
15-19	0,7
20-24	11,9
25-29	19,0
30-34	15,3
35-39	9,5
40-44	12,9
45-49	10,9
50-54	4,8
55-59	2,4
60 ou mais anos	11,2
NR	1,3
TOTAL	100

2.3.3 Nível de escolaridade

O nível de escolaridade dos chefes de agregados familiares inquiridos é relativamente baixo. Mais de metade dos inquiridos (52,4%) é analfabeto ou tem apenas o ensino primário incompleto. Aliás, dados do QUIBB (2007), indicam que, tanto em Miguel como no Tarrafal, mais metade população é alfabetizada ou tem apenas o ensino básico.

Refira-se, ainda, que 18% dos inquiridos concluíram o ensino primário, 18,4% frequentaram o ensino secundário sem concluir e apenas 8,2% concluíram esse nível de ensino. De realçar que 3,1% possuem outro nível de ensino.

Tabela 4 – Distribuição dos chefes de agregados familiares inquiridos por nível de escolaridade

Nível de escolaridade	%
Analfabeto	15,3
Primário incompleto	37,1
Primário completo	18,0
Secundário incompleto	18,4
Secundário completo	8,2
Outro	3,1
TOTAL	100

Convém assinalar que o nível de escolaridade dos chefes de agregados familiares do sexo masculino é relativamente maior aos do sexo feminino. Dos inquiridos que eram analfabetos, 73,3% eram do sexo feminino, reflectindo, assim, a disparidade que existe entre ambos os sexos quanto a taxa de alfabetização constatada pelos dados do QUIBB (2007).

De acordo com esses dados, no concelho de São Miguel a taxa de alfabetização na população masculina com 15 anos e mais anos é de 84,5%, enquanto na população

feminina é de 64,8%. No conselho do Tarrafal, ela é de 83,9% na população masculina e 65,8% na população feminina. Em ambos os conselhos, verifica-se uma diferença de cerca 20% a favor da população masculina.

A nível do ensino primário, 50,6% dos inquiridos que frequentaram ou concluíram esse nível de ensino eram do sexo feminino, contra 49,4% do sexo masculino. A nível do ensino secundário, 61,5% dos inquiridos que frequentaram ou concluíram esse nível de ensino eram do sexo masculino, contra 38,5% do sexo feminino.

Em síntese, o analfabetismo afecta com maior incidência os chefes de agregados familiares do sexo feminino. Se, por um lado, a percentagem de chefes de agregados familiares do sexo feminino que frequentou ou concluiu o ensino primário é ligeiramente superior à percentagem dos do sexo masculino, por outro lado, a percentagem de chefes de agregados familiares do sexo masculino que frequentou ou concluiu o ensino secundário é muito superior a percentagem dos do sexo feminino.

Em termos de idade, nota-se que o analfabetismo afecta com maior incidência os inquiridos com 60 anos ou mais (37,8%) e os que estão na faixa etária de 40 a 49 anos (28,9%), representando 66,7% dos inquiridos sem nenhuma habilitação literária.

2.3.4 Situação face ao emprego

Quanto à situação face ao emprego, 61,2% dos inquiridos encontravam-se empregados (27,9% por conta própria e 33,3% por conta doutrem), 34,4% encontravam-se desempregados e 3,4% aposentados.

Tabela 5 – Distribuição dos chefes de agregados familiares inquiridos segundo a situação face ao emprego

Situação face ao emprego	%
Empregado por conta própria	27,9
Empregado por conta doutrem	33,3
Desempregado	34,4
Aposentado	3,4
NR	1,0
TOTAL	100,0

Dos inquiridos que se encontravam em situação de desemprego, 70,3% eram do sexo feminino e 29,7% do sexo masculino. Portanto, o desemprego afecta com maior acuidade os chefes de agregados do sexo feminino, que têm menor nível de escolaridade, do que os do sexo masculino.

Contudo, dados do QUIBB (2007) indicam que apenas no conselho do Tarrafal é que o desemprego afecta com maior incidência as mulheres que têm uma taxa de 21,2%, enquanto nos homens é de 17,6%. Em S. Miguel regista-se o contrário, uma vez que a taxa de desemprego nos homens é de 14,3% e 10,4% nas mulheres.

Em termos de idade, o desemprego afecta com maior incidência os inquiridos com menos idade, uma que vez 59,5% dos inquiridos que se encontravam nessa situação tinham menos de 40 anos de idade. É de se realçar também que 15,8% dos inquiridos que se encontravam nessa situação tinham 60 e mais anos de idade. Portanto, o desemprego afecta, particularmente, os inquiridos mais jovens e os mais idosos.

Em termos de emprego, dos inquiridos que se encontravam nessa situação, 59,4% eram do sexo masculino e 40,6% do sexo feminino. Em resumo, os dados recolhidos no quadro desse estudo mostram uma situação de desvantagem dos chefes de agregados do sexo feminino em relação aos do sexo masculino, uma vez que têm maior percentagem de desemprego e menor taxa de emprego.

2.3.5 Rendimento mensal

Relativamente ao rendimento, apenas 54,3% dos inquiridos declararam o rendimento mensal, sendo que 45,7% dos inquiridos não responderam a essa questão ou encontravam-se em situação de desemprego.

Todavia, globalmente, podemos afirmar que o rendimento mensal de 51,2% dos inquiridos variava entre menos de 10.000\$00 a 40.000\$00 e que o rendimento mensal de 38,9% dos mesmos se situava entre menos de 10.000\$00 a 20.000\$00. Apenas 3,1% tinham um rendimento mensal superior a 40.000\$00.

Neste sentido, atendendo ao papel fundamental que o rendimento do chefe desempenha na sobrevivência do agregado, podemos afirmar que cerca de 39% dos inquiridos tinham um rendimento muito baixo, facto que se torna ainda mais preocupante se tivermos em conta que o tamanho médio dos agregados familiares no Terrafal e em São Miguel é de 4,8 e 5,2 pessoas, respectivamente, de acordo com os dados do QUIBB (2007) que vimos citando.

Tabela 6 – Distribuição dos chefes de agregados familiares inquiridos segundo o rendimento mensal

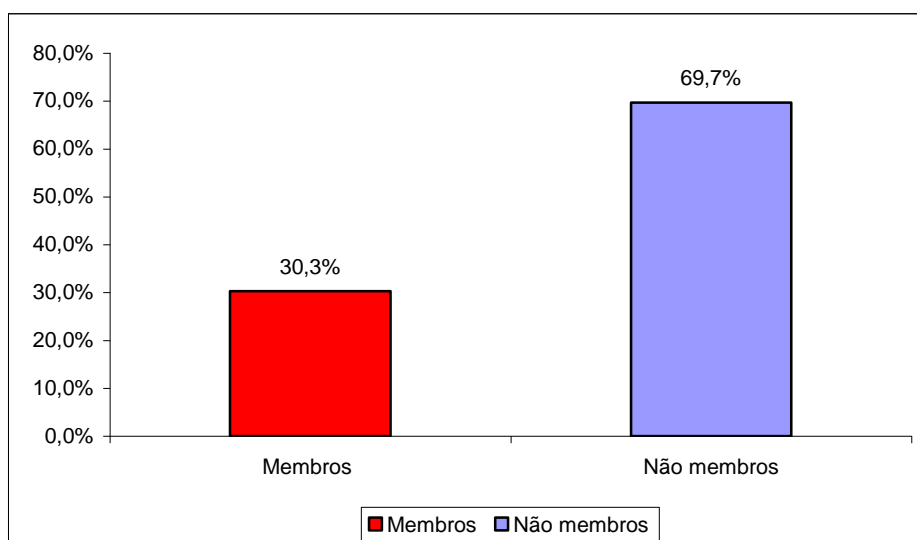
Situação face ao emprego	%
Menos de 10.000	21,0
10 a 20.000	17,9
20 a 30.000	7,9
30 a 40.000	4,5
Mais de 40.000	3,1
NR/Desempregado	45,7
TOTAL	100

2.3.6 Estatuto junto às associações

O Inquérito sobre o Perfil das ACD, realizado pela UCP-PNLP, em 2008, aponta que o grau de representatividade dessas associações, em relação ao número total de agregados familiares, no Tarrafal e em São Miguel é de 80,1%, sendo, por conseguinte, as ACD existentes nesses dois conselhos as mais representativas do país.

Apesar desse aspecto, apenas 30,3% dos inquiridos eram membros das associações objecto deste estudo e 69,7%, mais de metade, não eram membros. O que significa que o grau de representatividade dessas associações, no seio dos inquiridos, é de apenas 30,3%, valor muito abaixo da percentagem de representatividade que se verifica a nível desses dois conselhos.

Gráfico 2 – População inquirida segundo o estatuto junto às associações



Dos inquiridos que eram membros, mais de metade era do sexo feminino (55,1%) e 44,9% do sexo masculino, verificando-se, assim, uma maior aderência às associações por parte dos chefes de agregados do sexo feminino, confirmando-se, assim, os dados do referido inquérito que indicam que as mulheres representam mais de metade dos membros das associações comunitárias de desenvolvimento existentes nas zonas de intervenção do PLPR nesses dois municípios. No caso

concreto das comunidades abrangidas por este estudo, elas representavam cerca de 70% dos membros das ACD.

A idade dos inquiridos que eram membros das associações varia entre 20 a 60 e mais anos, sendo que 75,3% tinham entre 20 a 44 anos. Portanto, mais metade dos inquiridos que eram membros das associações, para além de ser composta por mulheres, era relativamente jovem.

2.4 Caracterização dos líderes associativos entrevistados

Dos líderes associativos entrevistados, 3 eram do sexo feminino e 7 eram do sexo masculino. Em termos de nível de escolaridade, 3 frequentaram ou concluíram o ensino básico, 2 concluíram o 8º ano de escolaridade ou o ex-5º ano dos liceus (actual 9º ano de escolaridade), 5 concluíram o 12º ano de escolaridade, dos quais 4 frequentavam um curso superior.

Quando ao cargo que ocupavam, todos eram membros de direcção das associações já referidas, sendo que 2 ocupavam o cargo de secretário/tesoureiro ou de presidente da assembleia-geral e 8 ocupavam o cargo de presidente do conselho directivo.

Refira-se que 1 ocupava o cargo de membro de direcção a cerca de 1 mês, que 5 já tinham entre 2 a 4 anos a ocupar esse cargo e que 4 já o ocupavam a cerca de 6 a 12 anos, sendo que 4 eram ainda membros de outras associações.

3 Pobreza e Políticas Públicas em Cabo Verde

O terceiro capítulo deste trabalho inicia-se com uma breve caracterização da situação da pobreza em Cabo Verde aquando do surgimento do PLPR. Em seguida, faz um breve enquadramento desse programa, em termos de políticas públicas, e analisa, ainda, a forma como encara a redução da pobreza no meio rural.

3.1 Caracterização da Pobreza em Cabo Verde

Cabo Verde conviveu e continua a conviver, desde o início da colonização, com situações de precariedade social e económica decorrentes, por um lado, da debilidade da sua base produtiva e de sustentação económica e, por outro, de políticas públicas que não souberam (ou não quiseram) aproveitar as suas vantagens comparativas em determinados momentos históricos, transformando-as em vantagens competitivas (Furtado, 2008:18).

Sendo um arquipélago, situado na zona saheliana, por conseguinte, num contexto climático pouco favorável à prática da agricultura e da pecuária, com um ecossistema extremamente frágil, uma base de recursos naturais reduzida e terras agricultáveis escassas, a sua população conheceu, segundo António Carreira (1972), vários momentos de extrema pobreza que, até finais da primeira metade do século passado, deram lugar a períodos de fomes, secas e mortandades (Furtado, 2008:18).

Apesar dos investimentos consentidos a partir dos anos sessenta do século passado e que se expandiram depois da independência, a precariedade do emprego e, logo, de acesso a rendimentos, uma actividade agrícola capciosa por causa do regime pluviométrico, mas também de problemas fundiários, fazem com que a pobreza seja ainda um elemento estruturante da realidade socio-económica de uma franja significativa das famílias cabo-verdianas (Furtado, 2008:18-19).

Segundo o Inquérito às Despesas e Receitas Familiares, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística em 2001-2002, houve um agravamento da situação da pobreza no país, comparativamente a 1988-89. De acordo com os dados do IDRF

2001-2002, 36% da população cabo-verdiana era pobre (dos quais 20% muitos pobres), o que significa um aumento de 6% tanto da população pobre como muito pobre que existia em 1988-89.

Os resultados deste último IDRF mostram que dos cerca 470.687 indivíduos que residiam em Cabo Verde em 2001-2002, 172.727 eram pobres, isto é, tinham uma despesa anual de consumo igual ou inferior a 43.250\$00, representando cerca de 36,7% da população total.

Separando de entre os pobres, os considerados muito pobres, ou seja, os indivíduos com nível de despesa anual de consumo igual ou inferior a 28.833 \$00, constatamos que, nessa altura, 86% da população considerada pobre era muito pobre.

Constata-se, ainda, que a pobreza incide mais no meio rural do que no meio urbano, pois 68% dos pobres residiam no meio rural, sendo Praia e Mindelo os centros urbanos com menor concentração de pobreza.

Analisado por ilhas, os dados do IDRF 2001-2002 evidenciam que a pobreza afecta particularmente as ilhas com maior vocação agrícola, sendo Santo Antão a ilha com maior incidência de pobreza, com 54% da população a viver abaixo do limiar de pobreza, seguindo-se o resto de Santiago e a ilha do Fogo com 49% e 42% da população, respectivamente, a viver abaixo desse nível.

Apesar de Santo Antão ser a ilha onde a maioria da população residente é pobre, ela não é, no entanto, a ilha onde se concentra a maior parte dos pobres do país. Essa concentração se verifica no resto de Santiago que alberga 43% da população pobre do país, dos quais 57% muito pobres, sucedendo-se as ilhas de Santo Antão e do Fogo com 16% e 11%, respectivamente. A população pobre residente nas demais ilhas (São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio e Brava) representava apenas 9% do total dos pobres existentes em Cabo Verde.

Os dados do IDRF 2001-2002 apontam, igualmente, que as mulheres são mais afectadas pela pobreza do que os homens. Dos cerca de 173.000 pobres residentes

em Cabo Verde nesse período, cerca de 89.000 eram mulheres e 84.000 eram homens, ou seja, as mulheres representavam 51% da população pobre.

Em termos de idade, verifica-se que a pobreza tem maior incidência na população jovem, com um número considerável de indivíduos dependentes, ou seja, de crianças menores de 15 anos de idade, e na população idosa. Dos 173.000 pobres, 84.000, aproximadamente 49%, tinham menos de 15 anos de idade e cerca de 10.000 (6% da população pobre) tinham 65 ou mais anos de idade.

Quanto ao nível de escolaridade, os dados do IDRF 2001-2002 revelam que a pobreza afecta com maior intensidade os indivíduos com menos níveis de instrução dado que, dos cerca dos 173.000 pobres residentes em Cabo Verde, cerca de 37.000 não têm qualquer nível de instrução e 94.000 têm apenas o ensino básico.

O que equivale dizer que cerca de 76% dessa população pobre não têm qualquer nível de instrução ou têm apenas o ensino básico, sendo as mulheres as mais afectadas. Referira-se que a percentagem de mulheres sem qualquer nível de instrução é maior do que a dos homens, com diferenciais que variam entre 10 pontos percentuais, quando se trata da população pobre, a 5% no caso da população «não pobre alto».

Por agregado familiar, os dados do IDRF 2001-2002 demonstram que dos cerca de 26.693 agregados familiares existentes nesse período, 28% viviam abaixo da linha da pobreza, dos quais 13.369 muitos pobres, representando 14% do total dos agregados familiares.

A maioria dos agregados pobres residia no meio rural (cerca de 17.193) e concentrava-se na Ilha de Santiago (12% na Praia e 43% no resto de Santiago), sucedendo-se as ilhas de Santo Antão e São Vicente com 16% e 11%, respectivamente, do total dos agregados pobres. As demais ilhas (São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio e Brava) albergavam apenas 9% desses agregados.

Nota-se, ainda, que à medida que aumenta a idade do chefe aumenta a percentagem dos pobres, ou seja, a taxa de incidência da pobreza cresce de forma

regular com a idade do chefe, passando de 17% para os agregados cujos chefes têm 15-24 anos, a cerca de 30% para os agregados em que têm 45 ou mais anos de idade.

Acresce-se, também, que 98% dos agregados considerados pobres eram chefiados por pessoas sem qualquer nível de instrução ou com apenas o EBI, sendo este perfil mais acentuado quando o chefe é mulher.

Examinado por tamanho do agregado, os dados do IDRF 2001-2002, mostram que o nível de pobreza aumenta à medida que cresce o tamanho do agregado familiar, passando de 4% para os agregados unipessoais a 46% para os agregados compostos por mais de 5 membros, tendência que se verifica mais entre os agregados chefiados por homens.

De acordo, ainda, com esses dados, dos cerca de 166.000 indivíduos que constituíam a população activa de então, dos quais 130 mil encontravam-se empregados e 36.000 desempregados, aproximadamente 1/3 era pobre. Entre a população desempregada, a proporção de pobres e não pobres é praticamente residual, sendo de 49% e 51%, respectivamente, tendência que se verifica também quando se analisa essa questão por sexo.

Contudo, o desemprego afecta com maior profundidade os pobres do que os não pobres. Em conformidade com esses dados, a taxa de desemprego para o conjunto da população era de 22%, sendo 33% para os pobres e 16% para os não pobres, sendo as mulheres as mais afectadas pelo desemprego de longa duração (mais de 12 meses), representando estas 58% dos desempregados nessa condição.

Relativamente ao emprego, dos cerca de 130 mil empregados, 37.000 eram pobres e 93.000 eram não pobres, constituindo os pobres 28% da população empregada. Em termos de sexo, a proporção da população pobre empregada é praticamente idêntica.

Decompondo os dados do IDRF 2001-2002 por ramo de actividade, constatamos que a agricultura é de longe o sector que mais contribui para o número de pobres

entre a população empregada. Aproximadamente 1/3 dos pobres trabalha nesse sector, seguindo-se a administração pública, o comércio e a construção. Todavia, a administração pública é um sector de contrastes, sendo o segundo com mais pobres e o primeiro em termos de indivíduos com mais rendimentos.

Em síntese, os dados do IDRF 2001-2002 indicam que 36% da população cabo-verdiana, nessa altura, era pobre, incidindo, sobretudo, no meio rural e nas ilhas com maior vocação agrícola, nas mulheres, na população jovem e idosa, nos indivíduos com menores níveis de instrução, nos agregados familiares compostos por mais de 5 membros e na população desempregada. Em linhas gerais, é esse o quadro de pobreza no qual o PLPR emerge.

3.2 A emergência do Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural

Apesar de Cabo Verde conviver, desde o início da sua colonização, com situações de precariedade social e económica, até os anos 60 do século passado, a intervenção do Estado na sociedade cabo-verdiana era praticamente epidérmica, pontual e superficial.

A partir de 1968, com o acentuar da crise, provocada pela generalização dos efeitos económicos e sociais da seca, a natureza e a dimensão do Estado são completamente alterados, assumindo um carácter eminentemente assistencial (Correia e Silva, 30).

De 1968 a 1974, o Estado aumenta, de forma exponencial, o emprego público eventual, através da emergência de um amplo programa de Obras Públicas que faz recurso ao trabalho intensivo, tendo como objectivo prover a população camponesa atingida pela seca de meios de subsistência (Ibidem).

Em 1975, com a independência do país, o Governo extingue o sistema dito de “Apoio” e cria os Programas de Emergência e, mais tarde, um programa de trabalhos públicos, organizado no quadro das FAIMO, destinado a ocupar os activos agrícolas desempregados devido às secas.

As FAIMO passam a constituir assim uma relevante fonte de emprego para as camadas mais pobres da população e numa das mais importantes redes de segurança social e canal para atingir os pobres (PNLP, 1997: vii).

No entanto, algumas características das FAIMO conduziram à criação de uma dependência perversa que a, longo termo, se auto-reproduz. Mais importante ainda, o sistema, tal como aplicado, não criou as esperadas condições para a saída dos trabalhadores da situação que justifica as FAIMO (Idem, 7/8).

A partir dos anos 80, o Estado, até então assistencialista e distribucionista, procura conciliar uma orientação desenvolvimentista, mas à medida que o montante da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) foi diminuindo essas duas orientações tornaram-se rivais.

A orientação desenvolvimentista apresentou-se em flagrante contradição com a política social assistencialista e a reconversão das FAIMO aparece como uma preocupação política com vista à melhoria da produtividade (Correia e Silva, 35/6).

Porém, essas tentativas de reconversão não foram bem sucedidas devido, fundamentalmente, ao seu não enquadramento numa política de redução da pobreza, à falta de coordenação sectorial e local e a dificuldades de financiamento.

Por outro lado, a permanência das causas de fundo da pobreza e a ausência de soluções têm levado ao retrocesso às formas mais negativas de FAIMO, sempre que a conjuntura levar o Governo a alargar, em situações de emergência, a oferta de trabalho público com carácter social (PNLP, 1997: 9).

Neste contexto, a partir de 1997, o Governo de Cabo Verde deu início, com o apoio de parceiros internacionais, ao PNLDP com o objectivo de reduzir a pobreza de forma durável, sustentável, descentralizada e coordenada, focalizando a sua actuação na camada da população que vive abaixo do limiar da pobreza, particularmente as mulheres chefes de família, jovens desempregados, grupos em situação de vulnerabilidade e trabalhadores das FAIMO.

O PNLP englobou, de início, três projectos: o Projecto de Desenvolvimento do Sector Social (PDSS), o Projecto de Promoção Socio-económica de Grupos Desfavorecidos (PSGD) e o Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR).

Com efeito, o PLPR tem como objectivo primordial reduzir a pobreza rural, através do desenvolvimento do capital social dos pobres do meio rural, assente na mobilização das potencialidades existentes no domínio de iniciativas económicas e sociais a nível das comunidades locais (Furtado, 2007).

Este programa busca atingir os seguintes objectivos específicos:

1. Melhorar as condições de vida dos pobres rurais;
2. Criar associações de direito privado denominadas de Comissões Regionais de Parceiros (CRP) que congregam as Associações Comunitárias de Desenvolvimento, Câmaras Municipais e ONG municipais;
3. Estabelecer um mecanismo flexível de transferência de recursos às CRP compatível com as práticas financeiras geralmente aceites pelo mutuário;
4. Garantir às CRP uma autonomia de decisão e de execução através do estabelecimento de um controlo da utilização dos recursos *a posteriori*;
5. Desenvolver uma colaboração efectiva entre as CPR e a administração pública (municípios e serviços descentralizados do governo central);

Refira-se que o PLPR foi iniciado em Julho de 2000, nas ilhas de Santiago (São Miguel e Terrafal), Fogo, Brava, São Nicolau e Santo Antão, no âmbito do acordo de empréstimo assinado entre o Governo de Cabo Verde e o FIDA, em Novembro de 1999.

Com uma duração de 9 anos, repartido em três fases (3 anos para cada uma das fases), este programa encontra-se neste momento na sua última fase. A primeira, fase piloto, decorreu entre 2000 e 2003. A segunda, fase de generalização das actividades com base nos resultados da avaliação da fase piloto, assim como a terceira, iniciou-se em 2004 e teve o seu término em 2007.

Nesta última fase, foi alargado aos municípios de São Lourenço do Órgãos, São Salvador do Mundo, Ribeira Grande de Santiago, São Domingos, Santa Catarina de Santiago, Santa Cruz, Maio e São Vicente Rural.

As actividades desenvolvidas no quadro da sua implementação podem ser tipificadas em três grandes domínios: 1) animação e capacitação; 2) infra-estruturas sociais e educativas; 3) actividades geradoras de rendimento.

3.3 A redução da pobreza na perspectiva do Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural

A estratégia de redução da pobreza seguida pelo PLPR, que emana dos objectivos estratégicos fixados pelo FIDA para 2002-2006, assenta-se numa abordagem participativa organizada em torno da ideia de que a melhor forma de lutar contra a pobreza rural é dar às populações rurais o poder de decisão quanto à maneira de se precaverem dessa situação.

A ideia-força dessa estratégia é de que os pobres rurais mobilizando-se, organizando e desenvolvendo as suas competências, constituem os principais actores da luta contra a pobreza (FIDA, 2003: 41).

O reforço das capacidades das associações comunitárias, em articulação com o desenvolvimento de uma rede de relação solidária entre as comunidades rurais, as instituições públicas e os actores privados presentes localmente, constituem um forte factor de inovação e de iniciativa e representam um elemento essencial da sua estratégia de reforço do capital social da população rural (Idem, 12).

Neste contexto, compete ao Governo criar as condições para a mobilização de iniciativas locais, traçar as linhas gerais de orientação estratégica e os critérios de utilização dos fundos públicos.

Por sua vez, compete às instituições locais, as associações procedentes de camadas pobres da sociedade rural, aos representantes de serviços públicos e das

organizações da sociedade civil gerir “por si mesmos” o emprego dos recursos públicos que lhes são atribuídos a fim de lutarem contra a pobreza local (Idem, 1/2).

A estratégia de redução da pobreza adoptada PLPR, ao assentar numa abordagem participativa, em que as comunidades locais constituem o principal actor na luta contra a pobreza, marca uma viragem nas políticas públicas de combate a pobreza até então seguidas, marcadas pela tradição assistencial das FAIMO e pelo modelo *top-down* em que o Estado ocupou sempre um papel central no processo de concepção, execução e avaliação de políticas públicas.

Neste sentido, espera-se que a perspectiva *bottom up* permita uma apropriação efectiva do projecto e das suas actividades e resultados por parte das comunidades pobres, interiorizando e internalizando a filosofia que norteia o programa, ao mesmo tempo que permite que as populações pobres tomem parte de forma efectiva no processo de tomada de decisões que dizem respeito directamente a elas, funcionando com um verdadeiro processo de construção da cidadania (Furtado, 2004: 5).

A nível operacional, a estratégia de redução da pobreza seguida pelo PLPR assenta-se nas ACD que constituem o pilar fundamental, em todo o processo que vai da concepção das actividades, à sua execução e avaliação (Idem, 7).

Neste quadro, as associações comunitárias de desenvolvimento constituem o primeiro lugar de construção do capital social, mobilizando a comunidade em torno desse objectivo, a definir as acções relevantes para a selecção efectiva dos mais pobres e micro-projectos para a comunidade e para a constituição ou reforço das ACD como elemento estruturante da comunidade (Ibidem).

Cumprе salientar, a propósito, que a organização das comunidades tem sido utilizada como estratégia de desenvolvimento, através de investimentos na criação do capital social que assumem diferentes formas como a criação e o estímulo à participação em associações.

Segundo Peres (2000:7), as tentativas de aumentar o *stock* de capital social nas comunidades têm-se assentado na criação e no aumento de participação nas instituições horizontais de desenvolvimento comunitário.

Na arquitectura institucional do PLPR, as CRP, existentes em cada uma das ilhas e/ou municípios de intervenção, desempenham também um papel de relevo. As CRP têm a competência de aprovar os principais instrumentos de gestão, nomeadamente, o Plano Local de Luta contra a Pobreza, os Planos de Trabalho e os Orçamentos Anuais, os relatórios de actividade e contas, bem como, através da Unidade Técnica, supervisionar e assegurar o seguimento, a avaliação e a assistência técnica às associações comunitárias (Furtado, 2007).

Com efeito, essa estratégia suscita-nos um conjunto de questionamentos. A primeira, e de fundo, prende-se com as possibilidades e limites de concretização dessa estratégia, em que as ACD desempenham um papel fundamental no processo que vai da concepção à execução e avaliação das actividades, num contexto em que o Estado desempenhou sempre um papel central nesse processo.

A segunda prende-se à articulação de interesses entre os diferentes actores que compõem as CRP, nomeadamente as ACD, as Câmaras Municipais e as ONG Municipais. Se, por um lado, as CRP constituem um espaço de concertação entre diferentes actores locais na definição de acções prioritárias para a comunidade, por outro lado, podem constituir um espaço de conflituosidade e de busca de imposição de interesses.

Este estudo, como já fizemos referência na introdução, insere-se precisamente no primeiro questionamento, procurando analisar as possibilidades e limites de concretização dessa estratégia de redução da pobreza, a partir da experiência da sua implementação em dois municípios da ilha de Santiago onde o PLPR actua, a saber: São Miguel e Tarrafal.

4. A implementação do PLPR nos municípios de São Miguel e Tarrafal

O quarto capítulo deste trabalho analisa a participação das comunidades abrangidas por este estudo nas decisões e actividades desenvolvidas pelas ACD no quadro do PLPR, o grau de confiança, de coesão e de solidariedade entre as pessoas, a confiança nas ACD, bem como a assunção do PLPR e o seu impacto nessas comunidades.

De referir que a análise se estriba na percepção dos inquiridos, a partir dos dados colectados com a aplicação do questionário e complementados com a realização de entrevistas.

4.1 A participação da comunidade nas decisões da associação

A participação em associações constitui, no quadro do PLPR, o mecanismo através do qual as comunidades locais planeiam, executam e avaliam acções de luta contra a pobreza, constituindo, assim, um elemento vital dentro da perspectiva *bottom up* assumida por esse programa.

A esse respeito, o Relatório da Missão de Pré-Exame Inter-Ciclo de 2007 indica que em S. Miguel e Tarrafal as decisões quanto às acções de luta contra a pobreza, aquando da realização dessa missão, eram tomadas essencialmente pelos membros da ACD, contando, na maioria das ACD, com uma forte participação da comunidade, incluindo não membros dessas associações.

No entanto, nas comunidades abrangidas por este estudo, de acordo com os dados recolhidos com a aplicação do questionário, não se nota essa forte participação da comunidade nas decisões, tal como se verifica na maioria das ACD, como nos dá conta o referido relatório.

Com efeito, somente 28,5% dos chefes de agregados familiares inquiridos já participaram nas decisões tomadas pelas associações comunitárias, sendo que mais de metade nunca participou.

Se atendermos ao grau de representatividade dessas associações no seio dos inquiridos (30,3%), podemos afirmar que essa taxa de participação nas decisões reflecte o grau de representatividade dessas associações, muito abaixo do que se verifica em termos globais nesses dois conselhos, conforme os dados do Inquérito sobre o Perfil das ACD, realizado pela UCP-PNLP, em 2008, sobretudo se tivermos em conta que as decisões são tomadas em assembleias gerais, onde apenas os membros das ACD têm o direito ao voto.

Tabela 7 – Participação nas decisões tomadas pelas associações comunitárias

Participação nas decisões	%
Nunca participou	67,7
Às vezes	18,0
Sempre	10,5
NR	3,7
TOTAL	100,0

Neste sentido, dos inquiridos que participaram na tomada dessas decisões, 21,7% não eram membros e 78,3% eram membros, confirmando-se, assim, a tendência para uma maior participação dos membros das ACD na definição das acções de luta contra a pobreza, traduzindo o facto dessas decisões serem tomadas em assembleias gerais, conforme já referimos e nos asseguraram os líderes associativos entrevistados.

Acresce-se, ainda, que dos inquiridos que participaram dessas decisões (28,5%), 18% não o fizeram com frequência e 10,5% sempre participaram. Portanto, além de não se verificar uma forte participação a nível do processo de tomada decisão, constata-se que apenas 10% dos inquiridos tinham uma participação permanente nesse processo, o que poderá dever-se a essa tendência para uma maior participação dos membros das ACD.

Analisado por sexo, os dados revelam, apesar de mais de metade dos inquiridos que eram membros das ACD serem mulheres, que a participação dos inquiridos de ambos os sexos nessas decisões é equitativa, constituindo os homens 50,6% dos inquiridos que dela tomaram parte. Por outras palavras, a maior aderência das mulheres às ACD não se traduz numa maior presença destas no processo de tomada de decisão.

Aliás, o próprio Relatório da Missão de Pré-Exame Inter-Ciclo de 2007 salienta que não há correspondência entre a aderência das mulheres às ACD e a participação delas nos órgãos de direcção das ACD.

Segundo esse documento, apesar das mulheres representarem cerca de 67% dos membros das ACD membros da CRP São Miguel/Tarrafal, apenas 22,8% das mesmas ocupavam o cargo de presidente e 44,4% integravam os outros órgãos directivos.

Entrelaçando os dados deste estudo com os deste relatório, podemos constatar que essa maior aderência das mulheres não só não se tem traduzido numa maior presença destas no processo de tomada de decisão, como também numa maior presença nos órgãos de direcção das associações comunitárias ou em situação de paridade relativamente aos homens.

Os dados revelam, ainda, que os homens participam com mais frequência do que as mulheres nas decisões. Dos inquiridos que sempre participaram nessas decisões, 67,7% eram do sexo masculino e 32,3% do sexo feminino.

Cruzando todos esses elementos já aqui avançados, podemos constatar, apesar das mulheres, enquanto chefes de família, constituírem um dos grupos alvos do PNL e a maioria dos membros dos ACD, que os homens têm uma participação muito mais efectiva nas decisões que dizem respeito às acções de luta contra a pobreza do que as mulheres, o que reproduz, no fundo, a desigual distribuição de poder entre homens e mulheres que se verifica na nossa sociedade, desde as relações interpessoais até ao nível estatal.

Segundo Costa (s/d), este facto se deve ao papel que é atribuído a mulher na sociedade. A sociedade, através das suas instituições, da cultura, das crenças e tradições, do sistema educacional, das leis civis, da divisão sexual e social do trabalho, constrói mulheres e homens como sujeitos bipolares, opostos e assimétricos: masculinos e femininos envolvidos numa relação de domínio e subjugação.

Esta autora destaca, ainda, que os problemas ligados a questão do poder têm sido um dos principais entraves aos projectos de desenvolvimento e que estes não se referem exclusivamente a hierarquia funcional ou as esferas de decisão, fazendo parte do quotidiano do trabalho, das relações entre técnicos, entre técnicos e a comunidade, assim como dentro da comunidade. Apesar de se manifestarem explicitamente na aplicabilidade das acções específicas que têm como enfoque questões de género, eles estão presentes em todos componentes desses projectos.

Relativamente às razões porque mais de metade dos inquiridos nunca participou das decisões, constata-se que o desconhecimento/falta de informação sobre a associação e a não pertença à mesma são os motivos mais evocados pelos inquiridos para esse facto.

No entanto, o conhecimento ou a informação sobre a associação poderá não ser de todo suficiente para potenciar a participação nas decisões, revelando o sentido de pertença como muito mais relevante, o que podemos constatar no extracto de uma das entrevistas realizadas que se segue: *“... como não são sócios, acham que talvez não têm grande peso, mas para nós da associação o interesse é o desenvolvimento da comunidade. O desenvolvimento da comunidade não é apenas os sócios, é a comunidade no geral”*.

4.2 A participação da comunidade nas actividades da associação

Comparativamente ao processo de tomada de decisão, a participação da comunidade nas actividades realizadas pelas associações é maior. Dos inquiridos, 38,6% já participaram nessas actividades, o que representa um aumento de 10% em relação ao processo decisório. O que significa que os inquiridos participaram mais na execução das actividades do que na definição das mesmas.

Tabela 8 – Participação nas actividades das associações comunitárias

Participação nas actividades	%
Participou	38,6
Não Participou	59,7
NR	1,7
TOTAL	100,0

Contudo, tal como se verifica a nível da decisão, a participação nas actividades é igualmente equitativa para os ambos os sexos, representando os homens 50,5% dos inquiridos que participaram nessas actividades. Em termos de faixa etária, constata-se que a maioria dos participantes é relativamente jovem, sendo que 78% tinha entre 20 a 44 anos de idade.

Nota-se, também, que a maioria dos inquiridos que participaram nessas actividades apresentava baixos níveis de escolaridade e de rendimento, o que, aliás, é característica da população inquirida no seu todo, conforme o perfil anteriormente traçado.

Em relação ao nível de escolaridade, 66,6% desses participantes eram analfabetos ou tinham o ensino básico completo, sendo que 32,4% tinham o ensino secundário incompleto ou completo. Quanto ao rendimento, 56,7% desses participantes tinham menos de 20.000\$00 como rendimento mensal, 8,1% tinham entre 20 a 40.000\$00 e 2,1% tinham mais de 40.000\$00.

Tal como se nota a nível da decisão, a participação dos inquiridos nas actividades é também maior quando se trata de membros das ACD, o que significa que nessas comunidades são essencialmente os membros das ACD que não só definem as acções a serem levadas a cabo, como asseguram a execução das mesmas.

Dos inquiridos que participaram nas actividades, 72,1% eram membros e 28,8% não eram membros. No entanto, comparativamente às decisões, nota-se aqui uma maior participação dos inquiridos que não eram membros das associações.

Se considerarmos que 28,5% e 38,6% dos inquiridos, respectivamente, é que participaram nas decisões e actividades das ACD, dos quais os membros dessas associações representam 78,3% e 72,1% dos presentes, podemos afirmar que esse confinar dos processos de decisão e execução aos membros das ACD acaba por colocar em causa a própria representatividade desses processos perante a comunidade. Ou seja, poderão não traduzir aquilo que a comunidade considera como essencial e prioritário para a redução da pobreza.

Em termos de actividade, a construção e/ou reabilitação de infra-estruturas sociais constitui o domínio do PLPR com maior participação dos inquiridos, sendo a capacitação/formação o de menor participação.

Dos inquiridos que participaram das actividades desenvolvidas pelas associações, 49% participaram na construção e/ou reabilitação de infra-estruturas sociais, 36,1% na construção e/ou reabilitação de casas, 19,8% em actividades geradoras de rendimento e 17,7% em actividades de capacitação/formação. Convém realçar que há inquiridos que participaram em mais de uma actividade.

Não deixa de ser pertinente notar que as actividades formativas ou geradoras de rendimento, passíveis de proporcionar maior autonomização e possibilidade de obtenção de renda aos inquiridos, e desta feita a saída efectiva da situação de pobreza, são as que, precisamente, contaram com menor participação destes.

Tabela 9 – Domínios de actividade

Domínios de actividades	%
Construção e/ou reabilitação de infra-estruturas sociais	49
Construção e/ou reabilitação de casas	36,1
Actividades geradoras de rendimento	19,8
Capacitação/formação	17,7

Relativamente aos inquiridos que não participaram das actividades realizadas pelas associações, a impossibilidade/motivos pessoais (29,2%), a falta de confiança na associação (23,6%) e a falta de tempo (23%) constituem os principais motivos para essa não participação, segundo 75,8% dos mesmos.

A restante percentagem distribui-se entre aqueles que não participaram por falta de interesse (11,8%), por considerarem que não traz benefícios (3,4%) e aqueles que não responderam a essa questão ou que não participaram por outros motivos (9%).

Tabela 10 – Motivos para não participar das actividades da associação

Motivos para não participar das actividades	%
Falta de tempo	23,0
Falta de interesse	11,8
Falta de credibilidade da associação	23,6
Não traz benefícios	3,4
Impossibilidade/motivos pessoais	29,2
NR	8,4
Outros	0,6
TOTAL	100,0

Neste sentido, podemos afirmar que, a par do grau de representatividade, as razões de ordem pessoal, especificamente o desconhecimento ou falta de informação sobre a associação, o sentido de pertença e a falta de tempo, aliados a falta de confiança, constituem o principal *handicap* a participação dos inquiridos nas decisões e actividades desenvolvidas pelas ACD.

Aliás, para mais de metade dos inquiridos, não se regista nessas comunidades um aumento da participação das pessoas nas actividades das associações, comparativamente a anos anteriores. Em termos percentuais, 31% dos inquiridos consideravam que essa participação aumentou, 24,5% consideravam que diminuiu e 36,7% consideravam que se manteve.

Tabela 11 – Participação nas actividades da associação em relação a anos anteriores

<u>Participação em relação a anos atrás</u>	<u>%</u>
Aumentou	31,0
Diminuiu	24,5
Manteve-se	36,7
NR/NB	7,8
TOTAL	100,0

Se tivermos em conta que mais de metade dos inquiridos não só não participaram das actividades, como também consideram que não tem havido um aumento dessa participação nas respectivas comunidades, podemos afirmar que a participação das comunidades nas associações está aquém daquilo que o PLPR preconiza, sendo o nível de confiança entre as pessoas e na própria associação, assim como a não assunção do PLPR, razões explicativas para esse facto, conforme veremos mais à frente.

Refira-se que, no quadro desse programa, se espera que a perspectiva *bottom up* permita a sua apropriação efectiva, bem como das suas actividades e resultados por parte das comunidades pobres, interiorizando e internalizando a filosofia que o

norteia, ao mesmo tempo que permite que as populações pobres tomem parte, de forma efectiva, no processo de tomada de decisões que dizem respeito directamente a elas (Furtado, 2004: 5).

4.3 A confiança entre as pessoas e na associação

Entrelaçando as razões apresentadas pela maioria dos inquiridores para justificarem a sua não participação nas actividades levadas a cabo pelas associações, bem como os dados deste estudo relativamente à confiança, podemos afirmar que o nível de confiança, entre as pessoas e na associação, existente nas comunidades abrangidas por este estudo não potencia uma participação plena das mesmas nas ACD.

Como refere Putnam (1996: 180) *“a confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado for o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera a confiança”*.

Como efeito, apenas 25,5% dos inquiridos confiavam nas pessoas da sua comunidade, sendo que 56,5% nem sempre confiavam e 17,7% nunca confiaram. Portanto, a percentagem dos inquiridos que tinham uma confiança plena nas pessoas da comunidade não é significativa, situando-se abaixo de 1/3, sendo de notar que mais de metade nem sempre confiava.

Tabela 12 – Confiança entre as pessoas da comunidade

Confiança entre as pessoas	%
Nunca	17,7
As vezes	56,5
Sempre	25,5
NR	0,3
TOTAL	100,0

Apesar de se constatar uma maior aderência das mulheres às ACD, o que à partida poderia supor que elas confiavam mais nas pessoas da comunidade do que os homens, os homens confiavam mais nessas pessoas do que as mulheres.

Se, por um lado, a percentagem dos inquiridos do sexo feminino que não confiavam nas pessoas da sua comunidade era superior à do sexo masculino, por outro lado, a percentagem dos inquiridos do sexo masculino que confiavam nessas pessoas era superior à do sexo feminino.

Dos inquiridos que não confiavam nas pessoas da sua comunidade, 34,6% eram do sexo masculino e 65,4% eram do sexo feminino. Em contrapartida, dos inquiridos que confiavam sempre ou às vezes nas pessoas da sua comunidade, 52,3% eram do sexo masculino e 47,7% eram do sexo feminino.

Comparando a confiança entre as pessoas e na associação, constata-se uma maior confiança na associação do que nas pessoas. Dos inquiridos, 29,9% confiavam na associação, o que representa um aumento de 4% em relação às pessoas, 52,4% nem sempre confiavam e 16,7% nunca confiaram.

Contudo, tal como se verifica na confiança entre as pessoas, a confiança na associação não é também significativa, situando igualmente a volta de 1/3 dos inquiridos. Essa comparação mostra ainda, à semelhança do que acontece com a confiança entre as pessoas, que mais de metade dos inquiridos nem sempre confiava na associação.

Tabela 13 – Confiança na associação

Confiança na associação	%
Nunca	16,7
As vezes	52,4
Sempre	29,9
NR	1,0
TOTAL	100,0

Contrariamente ao que se verifica relativamente à confiança nas pessoas da comunidade, nota-se entre os inquiridos do sexo feminino uma maior confiança na associação, comparativamente aos do sexo masculino, o que explica eventualmente a maior aderência das mulheres às ACD.

Dos inquiridos que não confiavam na associação, 53,1% eram do sexo masculino e 46,9% eram do sexo feminino. Por outro lado, dos inquiridos que confiavam na associação, 51,7% eram do sexo feminino e 48,3% eram do sexo masculino.

Em síntese, a percentagem dos inquiridos do sexo masculino que não confiavam na associação é superior ao do sexo feminino, verificando-se o inverso no que toca aos inquiridos que tinham essa confiança.

Refira-se, ainda, que os dados não só mostram que o grau de confiança entre as pessoas não é significativo, como também que não tem havido um aumento dessa confiança relativamente a anos anteriores.

Nesse aspecto, 18,7% dos inquiridos consideravam que a confiança entre as pessoas da sua comunidade aumentou, 42,5% consideravam que diminuiu e 37,8% consideravam que se manteve.

Portanto, 80,3% dos inquiridos consideravam que não se verifica um aumento da confiança entre as pessoas da sua comunidade, mas sim que essa confiança se manteve ou diminuiu.

Tabela 14 – Confiança entre as pessoas da comunidade em relação a anos atrás

Confiança entre as pessoas em relação a anos atrás	%
Aumentou	18,7
Diminuiu	42,5
Manteve-se	37,8
NR/NB	1,0
TOTAL	100,0

Se consideramos que o nível de confiança entre as pessoas não é significativa e que para mais de metade dos inquiridos não se regista nessas comunidades um aumento dessa confiança, bem como, da participação das pessoas nas actividades das associações, podemos afirmar que se, por um lado, esse nível de confiança não potencia a participação plena nas actividades das associações, por outro lado, o facto de não se verificar essa participação não propicia o reforço das relações de confiança entre essas pessoas.

4.4 A coesão entre as pessoas da comunidade

Além de potenciar a participação nas ACD, a confiança é também uma das dimensões do capital social que traduz o grau de coesão social de uma comunidade, que tal como ela é igualmente um elemento indutor dessa participação. Nesse aspecto, os dados revelam que o grau de coesão social dessas comunidades não é significativo, reflectindo desta forma o nível de confiança que se verifica.

Em termos percentuais, 10,2% dos inquiridos consideravam que nunca houve união entre as pessoas da sua comunidade, 63,9% consideravam que nem sempre havia união e 25,2% consideravam que sempre houve união.

Deste modo, 74,1% dos inquiridos consideravam que as pessoas das respectivas comunidades não eram unidas ou que nem sempre o eram, sendo a percentagem dos inquiridos que consideravam que essas pessoas eram sempre unidas é pouco significativa, situando-se abaixo de 1/3.

Tabela 15 – União entre as pessoas da comunidade

União entre as pessoas da comunidade	%
Nunca	10,2
Às vezes	63,9
Sempre	25,2
NR	0,7
TOTAL	100,0

Aliás, este aspecto pode ser também notado pela análise dos dados acerca dos conflitos que têm ocorrido na comunidade. Por outras palavras, tanto a percentagem dos inquiridos que consideravam que sempre houve união, como a dos consideravam que nunca houve qualquer conflito, é praticamente a mesma.

Com efeito, 25,5% dos inquiridos consideravam nunca houve qualquer conflito entre as pessoas da comunidade, 62,6% consideravam que nem sempre houve conflitos e 11,2% consideravam que sempre houve. Portanto, 73,8% dos inquiridos consideravam sempre houve conflitos ou que os mesmos não eram permanentes.

Tabela 16 – Conflito entre as pessoas da comunidade

Conflito entre as pessoas	%
Nunca	25,5
Às vezes	62,6
Sempre	11,2
NR	0,7
TOTAL	100,0

Tal como se verifica com a participação nas actividades das ACD e a confiança entre as pessoas, para mais de metade dos inquiridos as pessoas da sua comunidade não se encontravam mais unidas. O que dizer que, na perspectiva desses inquiridos, não se regista nessas comunidades um aumento de nenhuma das dimensões do capital social analisadas no quadro deste estudo.

Dos inquiridos, 38,8% consideravam que as pessoas da sua comunidade estavam mais unidas, 23,8% consideravam que estavam menos unidas e 31,1% consideravam que essa união não se alterou. O que significa que para mais de metade dos inquiridos essa união diminuiu ou não sofreu qualquer alteração, mantendo-se na mesma.

Tabela 17 – União entre as pessoas da comunidade em relação a anos atrás

União entre as pessoas da comunidade	%
Mais unidas	38,8
Menos unidas	23,8
Não sofreu alteração	31,3
NR	6,1
TOTAL	100,0

De referir, porém, comparativamente a participação nas actividades das ACD e a confiança entre as pessoas, que a coesão entre pessoas é o elemento do capital social que na perspectiva dos inquiridos foi objectivo de maior acréscimo. A percentagem de inquiridos que considera que houve um aumento da coesão entre as pessoas é de 38,8%, sendo 31% e 18,7% no caso da participação e da confiança, respectivamente.

4.5 A cooperação entre as pessoas da comunidade

A cooperação entre as pessoas é também um indicador do capital social de uma comunidade, mas ela é influenciada pelas outras dimensões desse capital já aqui analisadas, particularmente a confiança e a coesão. De certa forma, ela emerge como produto da confiança e de coesão de uma comunidade.

Quanto à cooperação entre as pessoas da comunidade, apenas 23,1% dos inquiridos podiam contar sempre com a ajuda dessas pessoas, sendo que 50,7% não podiam contar sempre com essa ajuda e 25,9% nunca podiam contar com ela.

Assim, a percentagem dos inquiridos que podiam contar sempre com essa ajuda é relativamente baixa, situando em 23,1%, como já fizemos referência, o que é, de certa forma, questionável, atendendo a prática do sistema de entreajuda, conhecida por “djunta mo”, usual nas comunidades rurais, em que as pessoas se ajudam mutuamente, particularmente nas actividades agrícolas e de construção de habitação, como forma de economizar os custos de mão-de-obra.

Tabela 18 – Obtenção de ajuda das pessoas da comunidade

Obtenção de ajuda	%
Nunca	25,9
Às vezes	50,7
Sempre	23,1
NR	0,3
TOTAL	100,0

Essa ajuda viria, fundamentalmente, das pessoas da família e da própria comunidade, sendo os amigos e vizinhos, aqueles com quem os inquiridos podiam contar menos.

Nesse aspecto, há a realçar o facto de 22,7% dos inquiridos poderem contar com a ajuda da própria comunidade, ainda nem sempre, o que de certa forma é paradoxal uma vez que a comunidade integra amigos e vizinhos.

Tabela 19 – Proveniência da ajuda

Proveniência da ajuda	%
Pessoas da família	45,5
Amigos	16,8
Vizinhos	14,1
Comunidade	22,7
NR/NS	0,9
TOTAL	100,0

Apesar de 73,8% dos inquiridos poderem contar, ainda que nem sempre, com a ajuda das pessoas das respectivas comunidades, cerca de 76% dos mesmos nunca beneficiaram de qualquer actividade de solidariedade social desenvolvida por essas

peessoas, facto igualmente questionável atendendo a prática de “djunta mo” de que já fizemos referência.

Apenas 22,7% já beneficiaram dessa actividade, sendo que 3,7% sempre beneficiaram e 19% beneficiaram não de forma contínua. Situação que poderá dever-se também ao facto do grau de confiança entre essas pessoas não ser significativo, uma vez que *“para haver cooperação é preciso não só confiar nos outros, mas também acreditar que se goza da confiança dos outros”*, ou seja, a confiança mútua (Putnam, 1996: 174).

Tabela 20 – Benefício de actividades de solidariedade

Obtenção de ajuda	%
Nunca	75,9
Às vezes	19,0
Sempre	3,7
NR	1,4
TOTAL	100,0

4.6 A responsabilidade pela redução da pobreza

Como já referimos anteriormente, a estratégia de redução da pobreza adoptada pelo PLPR assenta-se numa abordagem participativa organizada em torno da ideia de que as comunidades locais constituem o principal actor na luta contra a pobreza.

Contudo, à época da pesquisa, essa ideia era assumida por apenas 8,1% dos inquiridos. Para mais de metade dos inquiridos, o governo e/ou as câmaras municipais constituem os principais responsáveis pela redução da pobreza nas respectivas comunidades, o que também poderá explicar o facto da participação destes nas decisões e actividades desenvolvidas pelas associações não ser significativa.

No fundo, os dados revelam que a comunidade, tal como ela é preconizada pelo PLPR, ou seja, que se assume como principal actor na luta contra a pobreza, está ainda por construir. Enquanto o PLPR adopta uma perspectiva *bottom up* da luta contra a pobreza, os inquiridos têm uma visão *top-down* desse processo.

Se, por um lado, este facto denota a persistência ainda de uma certa visão paternalista e assistencialista do Estado, na linha do que tem sido o historial das políticas de combate à pobreza em Cabo Verde, por outro lado, poderá ser uma estratégia, não assumida, de assegurar a presença das instituições do Estado, através do emprego público e/ou de outros tipos de programas, para fazer face à receios ou a dificuldades da comunidade em se organizar e se autonomizar em matéria de luta contra à pobreza.

Tabela 21 – Responsabilidade pela redução da pobreza

Responsabilidade pela redução da pobreza	%
Governo	39,1
Câmara Municipal	23,8
Associação	4,4
Comunidade	8,1
Pessoas que estão nessa situação	3,4
Todos	10,2
Governo e Câmara	4,1
NS/Outros	6,8
TOTAL	100,0

4.7 Impacto das actividades desenvolvidas pelas associações na redução da pobreza

Não obstante o facto dos inquiridos não assumirem a ideia de que as comunidades locais constituem o principal actor na luta contra a pobreza e de não se registar um nível elevado dos indicadores de capital social aqui analisados, bem como o facto dos dados não apontarem para um reforço significativo dos mesmos, mais de metade dos inquiridos tinham uma percepção positiva quanto ao impacto das actividades desenvolvidas pelas associações.

Realce-se que 36,7% consideravam que essas actividades não tiveram nenhum impacto na redução da pobreza e que 4,1% consideravam que levaram ao aumento da pobreza. Portanto, aproximadamente 60% dos inquiridos consideravam que essas actividades levaram à redução da pobreza.

Tabela 22 – Impacto das actividades desenvolvidas pelas associações

Impacto das actividades	%
Redução da pobreza	59,2
Aumento da pobreza	4,1
Não tiveram nenhum impacto	36,7
TOTAL	100,0

Com efeito, essa apreciação positiva quanto aos efeitos do programa manifestada por mais de metade dos inquiridos era também partilhada pelos líderes associativos entrevistados que constataam vários benefícios dessas actividades nas respectivas comunidades nos domínios da formação, das actividades geradores de rendimento e da construção de habitações e outras infra-estruturas sociais, como podemos constatar pelos extractos das entrevistas que se seguem:

“Mudou porque conseguimos alguma formação. Conseguimos também fazer algumas casas para as pessoas aqui da comunidade que não tinham condições para fazer. Acho que deveria ser mais. As pessoas passaram a ter casa. Das pessoas que receberam formação, algumas colocaram em prática

e passaram para o auto-emprego. Mesmo as pessoas que não coloram a formação em prática têm um conhecimento diferente do que antes da formação”

“Mudou sim porque havia falta de construção de diques de correcção torrencial e tivemos acesso. Depois foi feito um reservatório de água que não tínhamos. Isto é um grande avanço porque a água é indispensável a nossa vida. Houve melhorias não só na vertente de ganhar dinheiro, mas também houve algum conhecimento científico baseado na formação que ficou na cabeça das pessoas, como havia dito anteriormente, por exemplo na agricultura de regadio, como o tratamento de plantas e o tratamento do ambiente”.

“Mudou sim. Primeiro, em termos de material, mudamos completamente. Temos pessoas que estão beneficiando de empréstimo, como é o caso das peixeiras que são chefes de família, de dez, vinte e ainda quarenta mil escudos. Então, claro, podes ver que mudou. Para a reparação de botes, aquelas peixeiras fizeram o melhoramento das suas actividades geradoras de rendimento, levantam aqui e pagam aqui mesmo. Já mudou muito. Como ainda temos, damos três, quatro, cinco e paramos para receber porque não temos meios.”

Paradoxalmente, ao mesmo tempo que os dados apontam que os elementos essenciais à consecução da estratégia de redução da pobreza seguida pelo PLPR não são significativos no seio dos inquiridos, mostram que mais de metade dos mesmos reconhecem que a mesma tem contribuído para a redução da pobreza nas respectivas comunidades, como já fizemos referência.

5 Conclusão

Da análise dos dados, pode-se concluir que a participação das comunidades abrangidas por este estudo nas decisões tomadas pelas associações comunitárias não é significativa, uma vez que apenas 28,5% dos inquiridos é que já participaram das mesmas, dos quais 78,3% eram membros dessas associações e 21,7% não eram.

Dos inquiridos que participaram dessas decisões, somente 10,5% é que o fizeram com frequência. Portanto, além de não se verificar uma significativa participação a nível do processo decisório, constata-se que apenas 10% dos inquiridos tinham uma participação permanente nesse processo.

Apesar de se notar uma maior aderência às associações por parte das mulheres, os homens têm uma participação muito mais efectiva nas decisões que dizem respeito às acções de luta contra a pobreza do que as mulheres, reproduzindo desta forma a desigual distribuição de poder entre homens e mulheres que se verifica na nossa sociedade.

Comparativamente ao processo de tomada de decisões, a participação da comunidade nas actividades realizadas pelas associações é maior, situando-se em 38,6%, o que representa um aumento de 10% em relação ao processo decisório.

A participação dos inquiridos de ambos os sexos nas actividades é equitativa, notando-se também, à semelhança do que acontece com o processo decisório, uma maior participação dos inquiridos que eram membros das associações.

O que significa que são essencialmente os membros das ACD que definem as acções e que asseguram a execução das mesmas, podendo colocar em causa a própria representatividade desses processos perante a comunidade.

As actividades formativas ou geradoras de rendimento, passíveis de proporcionar maior autonomização e possibilidade de obtenção de renda aos inquiridos, e desta feita a saída efectiva da situação de pobreza, são as que contaram com menor

participação destes. A construção e/ou reabilitação de infra-estruturas sociais constitui o domínio de actividade do PLPR de maior participação dos inquiridos.

A par do grau de representatividade, as razões de ordem pessoal, especificamente o desconhecimento ou falta de informação sobre a associação, o sentido de pertença e a falta de tempo, aliados a falta de confiança, constituem o principal *handicap* a participação dos inquiridos nas decisões e actividades desenvolvidas pelas ACD.

A participação das comunidades nas associações está aquém daquilo que o PLPR preconiza, ou seja, que as populações pobres tomem parte efectiva no processo de tomada de decisões que dizem respeito directamente a elas, sendo o nível de confiança e a não assunção do PLPR algumas das razões explicativas para esse facto.

A percentagem dos inquiridos que tinham uma confiança plena nas pessoas da comunidade não é significativa, situando-se abaixo de 1/3, sendo de notar que mais de metade nem sempre confiava. Constatou-se também que os homens confiavam mais nessas pessoas do que as mulheres.

Verifica-se uma maior confiança na associação do que nas pessoas, pois 29,9% dos inquiridos confiavam na associação, o que representa um aumento de 4% em relação à confiança nas pessoas. Contudo, tal como esta última, a confiança na associação não é também significativa, situando-se igualmente a volta de 1/3 dos inquiridos.

Contrariamente ao que se verifica relativamente à confiança nas pessoas da comunidade, nota-se entre os inquiridos do sexo feminino uma maior confiança na associação do que os do sexo masculino, o que eventualmente explica a maior aderência das mulheres às ACD.

O nível de confiança entre as pessoas existente nessas comunidades não potencia a participação plena nas actividades das associações. Por outro lado, o facto de não se verificar essa participação não propicia o reforço das relações de confiança entre essas pessoas.

O grau de coesão social nessas comunidades não é significativo, reflectindo desta forma o nível de confiança que se verifica. A percentagem dos inquiridos que consideravam que essas pessoas eram sempre unidas é pouco significativa, situando-se abaixo de 1/3.

Na perspectiva dos inquiridos, não se regista nessas comunidades um aumento de nenhuma das dimensões do capital social analisadas no quadro deste estudo. Porém, comparativamente a participação nas actividades das ACD e a confiança entre as pessoas, a coesão é o elemento do capital social que na perspectiva deles foi objectivo de maior acréscimo.

A percentagem dos inquiridos que podiam contar sempre com a ajuda da comunidade e que já beneficiaram dela é relativamente baixa, situando-se em 23,1% e 22,7%, respectivamente, o que é, de certa forma, questionável, atendendo a prática do sistema de entreajuda, conhecida por “djunta mo”, usual nas comunidades rurais.

A comunidade, tal como ela é preconizada pelo PLPR, está ainda por construir, uma vez que nas localidades abrangidas por este estudo ela não se assume como principal actor na luta contra a pobreza. Enquanto que o PLPR adopta uma perspectiva *bottom up* da luta contra a pobreza, os inquiridos têm uma visão *top-down* desse processo.

Apesar de não assumirem a ideia de comunidade preconizada pelo PLPR e de não se registar um nível elevado dos indicadores de capital social aqui analisados, nem um reforço significativo dos mesmos, mais de metade dos inquiridos, assim como os líderes associativos entrevistados, tinham uma percepção positiva quanto ao impacto das actividades desenvolvidas pelas associações, reconhecendo que estas contribuíram para a redução da pobreza nas respectivas comunidades.

No fundo, os dados deste estudo mostram que na perspectiva dos inquiridos as actividades levadas a cabo pelas ACD não contribuíram significativamente para o reforço do capital social, apesar de reconhecerem que contribuiu para a redução da

pobreza, o que significa que não podemos estabelecer uma nítida relação entre essa redução da pobreza e o capital social dessas comunidades.

Este facto não só afasta a possibilidade da abordagem de capital social adoptada nesse estudo explicar, por si só, essa redução da pobreza, como releva a necessidade de se adoptar complementarmente outras abordagens para se poder compreender e dar conta do processo que se verifica nessas comunidades, o que implica também reconstruir este conceito a partir da realidade local, atendendo, particularmente, a prática do “djunta mo”, de que já fizemos referência.

A intangibilidade do capital social exigiria uma permanência nas comunidades muito maior do que aquela que tivemos e um recurso, de forma complementar, a técnica da observação, o que nos permitiria captar de forma mais profunda a dinâmica das relações intra-comunitárias e entre a comunidade e a associação, tarefa que o *timing* de que dispúnhamos e as vicissitudes que marcaram o decurso do mestrado não nos permitiu realizar.

Bibliografia

AHN, ELINOR (2003). *Una perspectiva del capital social desde las ciencias sociales: capital social y acción colectiva*. IN: Revista Mexicana de Sociología, Año 65, n.º 1, Enero-Marzo.

BAPTISTA, António et al (2007). *Capital social e desenvolvimento das comunidades piscatórias na Ilha de Santiago*. IN: Revista de Estudos Caboverdianos, n.º1, Dezembro, Praia.

BOURDIEU, Pierre (1980). *Le capital social notes provisoires*, Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Année 1980, vol. 31, n.º 1.

CABREIRA, Zaira (2002). *Capital social como fator de sustentabilidade aos programas de desenvolvimento local, reflexões sobre uma prática: a experiência do sebrae em LAGOA dos Três Cantos*. Universidade de Federal do Rio Grande do Sul.

CARPIM, Thais (2005). *Políticas públicas e ampliação de capital social em comunidades segregadas: o programa Santo André mais igual*. Universidade de São Paulo.

CERULLO, G. (2006). *Escola, comunidade e o “capital social”: a influência da dimensão do capital social sobre os índices de evasão escolar e reprovação*. Universidade de São Paulo.

CORREIA e SILVA, António (2001). *O nascimento do leviatã crioulo. Esboços de uma Sociologia Política*, Cadernos de Estudos Africanos, 1, Jul-Dez.

COSTA, Ana Alice (s/d). *Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres* [disponível em http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf, consultado em 8 de Abril de 2010].

FERRAREZI, Elisabete (2003). *Capital social: conceitos e contribuições às políticas públicas*, Revista de Serviço Público, Ano 54, n.º 4, Out/Dez.

FIDA. *Mission Inter Cycles – Raport d’examen de la phase I*. Décembre 2003.

FURTADO, Cláudio (2004). *Abordagens inovadoras para a focalização de grupos pobres e mulheres no contexto do programa FIDA de redução da pobreza no meio rural (PLPR) em Cabo Verde*, FIDA.

FURTADO, Cláudio et. al. (2008). *Dimensões da Pobreza e da Vulnerabilidade em Cabo Verde: Uma Abordagem Sistémica e Interdisciplinar*, Cosderia.

FURTADO, Cláudio (2007). *Missão de Pré-Exame Inter-Ciclo – Relatório Final*. Praia: PNLP.

INE (2003). *Censo 2000 – Cabo Verde, Zonas e Lugares*.

INE (2004). *O Perfil da Pobreza em Cabo Verde – IDRF 2001/2002*.

INE (2007). *Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-estar*.

UCP-PNLP (2008). *Perfil das Associações Comunitárias de Desenvolvimento*.

MILLÁN, René et al (2004). *Capital social: una lectura de tres perspectivas clásicas*. IN: Revista Mexicana de Sociología, Año 66, n.º 4, Octubre-Diciembre.

PERES, Fernando (2000). *Capital Social: a Nova Estrela do Crescimento Económico*. IN: Revista Preços Agrícolas, Maio de 2000.

PORTES, Alejandro (2000). *Capital Social: origens e aplicações na Sociologia Contemporânea*, Revista Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 33.

PNLP (1997). *Reconversão das FAIMO na perspectiva de luta contra a pobreza*.

PUTNAM, Robert (1996). *Comunidade e Democracia – a experiência da Itália Moderna*. 1ª Edição, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro.

REIS, Bruno (2003). *Capital Social e Confiança: questões de teoria e método*, Revista de Sociologia Política, nº 21, Nov. 2003.

SILVEIRA, Angelita Fialho (2005). *CAPITAL SOCIAL E EDUCAÇÃO – perspectivas sobre o Emponderamento da Juventude em Porto Alegre*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

A Anexos

A.1 Guião de entrevista aos líderes associativos

I – Identificação do entrevistado

Sexo

Nível de escolaridade

Cargo que ocupa na associação

Desde quando

Participação em outras associações (actual/anterior)

II – Identificação da associação

Zona de intervenção

Anos de existência

N.º de membros (total, H/M)

N.º de mulheres nos órgãos de direcção/cargos que ocupam

III- Parcerias

1. Quem são os vossos parceiros locais? E não locais?
2. Como é que mobilizaram esses parceiros?
3. A parceria é importante? Porque?
4. A associação desenvolve actividades em parceria com outras associações da comunidade/município/CRP? Se, sim, com que associações? Em que actividades? Se não, porquê?

IV- Relação com outras associações/membros da CRP

1. Como é a relação entre a vossa associação e outras associações da comunidade/município, particularmente em termos de confiança e entre-ajuda?
2. Como é a relação entre a vossa associação e os restantes membros da CRP, particularmente em termos de confiança e entre-ajuda?

IV- Mobilização da comunidade

1. Como é feita a mobilização da comunidade para participar na associação? Quais as estratégias/actividades desenvolvidas nesse sentido?
2. A comunidade participa nas decisões da associação? Se, sim, como?
3. Os beneficiários participam das actividades da associação? Se, sim, como? E nas actividades em que não são beneficiários?
4. As pessoas da comunidade participam em acções da associação em que não são beneficiárias? Se, sim, porque fazem isso? Se, não, porque não fazem?

V- Decisão/circulação de informação/formação

1. Quem é que decide o que a associação faz? Como? Quando?
2. Há circulação de informação dentro da associação? Se, sim, como é que é feita?
3. A associação desenvolve formações para os seus associados? Em que áreas?

VI – Relação entre os associados

1. Como é que feita a articulação entre os membros associação?
2. Como considera a relação entre os membros da vossa associação em termos de confiança, coesão e solidariedade?
3. Tem havido algum conflito entre os membros da vossa associação? Se sim, com que frequência? Porquê que isso aconteceu?

VII – PLPR e mudanças na comunidade

4. Acha que as actividades desenvolvidas pela associação no quadro do PLPR mudaram alguma coisa na vossa comunidade? Se, sim, o quê? Se não, porquê que você acha que isso não aconteceu?

A.2 Questionário aos chefes de agregados familiares

Identificação do Inquirido

1. Sexo (**anotar sem perguntar**) (01) Masculino (02) Feminino

2. Idade_____ (**em anos**)

3. Estado civil

(01) Casado/a

(02) Solteiro/a

(03) Viúvo/a

(04) Divorciado/a

(05) União de facto

4. Nível de escolaridade

(01) Analfabeto/a

(02) Ensino Primário/Ensino Básico integrado incompleto

(03) Ensino Primário/Ensino Básico integrado completo

(04) Ensino Secundário incompleto

(05) Ensino Secundário completo

(06) Outro_____ (**indicar**)

5. Situação face ao emprego

(01) Empregado por conta própria

(02) Empregado por conta doutrem

(03) Desempregado

6. Rendimento mensal

(01) Menos de 10.000\$00

(02) 10 a 20.000\$00

(03) 20 a 30.000\$00

(04) 30 a 40.000\$00

(05) Mais de 40.000\$00

(06) Não respondeu

Pertença/Participação das pessoas da comunidade nas actividades da associação

7. Você é membro da associação? (01) Sim (02) Não

8. Se SIM, há quanto tempo? _____ **(indicar)**

9. Se SIM, qual é o maior benefício de se ser membro da associação?

(01) Melhorar o rendimento do agregado familiar

(02) Contribuir para o desenvolvimento da comunidade

(03) É importante em situações de emergência no futuro

(04) Prazer/Diversão

(05) Outros **(especifique)** _____

10. Se NÃO, porquê?

(01) Falta de tempo

(02) Falta de interesse

(03) Falta de credibilidade da associação

(04) Não traz benefícios

(05) Impossibilidade/Motivos pessoais

11. **(Apenas para os que responderam Sim nas perguntas 9 e 10).** Você participa nas actividades da associação? (01) Sim (02) Não

12. Se SIM, em que actividades?

(01) Construção e/ou reabilitação de casas

(02) Construção e/ou de infra-estruturas sociais

(03) Capacitação/formação

(04) Actividades criadoras de emprego

13. Se NÃO, porquê?

(01) Falta de tempo

- (02) Falta de interesse
- (03) Falta de credibilidade da associação
- (04) Não traz benefícios
- (05) Impossibilidade/Motivos pessoais

14. Você participa nas decisões tomadas pela associação?

Nunca Às vezes Sempre

15. Se NUNCA: porquê?

16. Em relação a anos atrás, você acha que a participação das pessoas da comunidade nas actividades da associação:

- (01) Aumentou
- (02) Diminuiu
- (03) Manteve-se o mesmo

Confiança entre as pessoas da comunidade/na associação

17. Você confia nas pessoas da comunidade?

Nunca Às vezes Sempre

18. Se NUNCA: porquê?

19. Você confia na associação?

Nunca Às vezes Sempre

20. Se NUNCA: porquê?

21. Em relação a anos atrás, você acha que a confiança entre as pessoas da comunidade:

- (01) Aumentou
- (02) Diminuiu
- (03) Manteve-se o mesmo

22. Porquê?

Coesão entre as pessoas da comunidade

23. Você acha que as pessoas da sua comunidade são unidas entre si?

Nunca Às vezes Sempre

24. Se NUNCA: porquê?

25. Tem havido conflito entre as pessoas da sua comunidade?

Nunca Às vezes Sempre

26. Se SIM: porquê?

27. Em relação a anos atrás, você acha que as pessoas da sua comunidade estão:

(01) Mais unidas

(02) Menos unidas

(03) Não sofreu alteração

Solidariedade entre as pessoas da comunidade

30. Sempre que você precisar, pode obter a ajuda das pessoas da sua comunidade?

Nunca Às vezes Sempre

31. Quem o ajudaria?

Pessoas da família Amigos Vizinhos Comunidade

32. Já participou em alguma actividade desenvolvida pela associação em que você ou o seu agregado familiar não foram directamente beneficiados?

Nunca Às vezes Sempre

33. Se NÃO, porquê?

34. Você já foi beneficiado por alguma actividade de solidariedade desenvolvida pelas pessoas da sua comunidade?

Nunca Às vezes Sempre

35. Em relação a anos atrás, você acha que a participação das pessoas da sua comunidade nas actividades da associação que não lhes beneficia directamente ou o agregado familiar a que pertencem:

Aumentou Diminuiu Permaneceu igual

Responsabilidade pela redução da pobreza/impacto das actividades da associação

36. De quem é a responsabilidade pela redução da pobreza na sua comunidade?

(01) Governo

(02) Câmara Municipal

(03) Associação

(05) Comunidade

(06) Pessoas que estão nessa situação

(07) Outros (especifique)_____

37. Porquê?

38. Na sua opinião, as actividades desenvolvidas pela associação na comunidade contribuíram para:

(01) Redução da pobreza

(02) Aumento da pobreza

(03) Não tiveram nenhum impacto